



DIÁRIO

República Federativa do Brasil

DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLII — Nº 64

QUINTA-FEIRA, 24 DE SETEMBRO DE 1987

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VII, da Constituição, e eu, Humberto Lucena, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 144, DE 1987

Suspende a execução do artigo 9º, da Lei nº 2.322, de 2 de agosto de 1982, do Município do Paulista, Estado de Pernambuco.

Artigo único. É suspensa, por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, proferida em 22 de maio de 1986, nos autos do Recurso Extraordinário nº 107.024-2, do Estado de Pernambuco, a execução do artigo 9º da Lei nº 2.322, de 2 de agosto de 1982, do Município do Paulista, naquele Estado.

Senado Federal, 23 de setembro de 1987. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu, Humberto Lucena, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 145, DE 1987

Autoriza a Prefeitura Municipal de Petrolina, Estado de Pernambuco, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 80.000,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Petrolina, Estado de Pernambuco, nos termos do artigo 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, alterada pela Resolução nº 140, de 5 de dezembro de 1985, ambas do Senado Federal, autorizada a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 80.000,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, junto ao Banco do Estado de Pernambuco S/A, este na qualidade de agente financeiro da operação, destinado a execução de projetos programados no Município de Petrolina, através da linha de crédito do Promunicípio.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 23 de setembro de 1987. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

EXPEDIENTE
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

PASSOS PÓRTO
Diretor-Geral do Senado Federal
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor Executivo
LUIZ CARLOS DE BASTOS
Diretor Administrativo
JOSECLER GOMES MOREIRA
Diretor Industrial
LINDOMAR PEREIRA DA SILVA
Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral	Cz\$ 264,00
Despesa c/ postagem	Cz\$ 66,00
(Via Terrestre)	330,00
TOTAL	
Exemplar Avulso	Cz\$ 2,00
Tiragem: 2.200 exemplares.	

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu, Humberto Lucena, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 146, DE 1987

Autoriza a Prefeitura Municipal de Araújos, Estado de Minas Gerais, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 13.114,66 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Araújos, Estado de Minas Gerais, nos termos do artigo 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, alterada pela Resolução nº 140, de 5 de dezembro de 1985, ambas do Senado Federal, autorizada a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 13.114,66 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN junto à Caixa Econômica Federal, esta na qualidade de gestora do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinada à ampliação do sistema de abastecimento d'água, no Município.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 23 de setembro de 1987. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu, Humberto Lucena, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 147, DE 1987

Autoriza a Prefeitura Municipal de Buritis, Estado de Minas Gerais, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 39.935,78 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Buritis, Estado de Minas Gerais, nos termos do artigo 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, alterada pela Resolução nº 140, de 5 de dezembro de 1985, ambas do Senado Federal, autorizada a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 39.935,78 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, junto à Caixa Econômica Federal, esta na qualidade de gestora do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinada à implantação de calçamento, no Município.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 23 de setembro de 1987. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu, Humberto Lucena, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 148, DE 1987

Autoriza a Prefeitura Municipal de Belém, Estado do Pará, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 440.996,24 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Belém, Estado do Pará, nos termos do artigo 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, alterada pela Resolução nº 140, de 5 de dezembro de 1985, ambas do Senado Federal, autorizada a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 440.996,24 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, junto à Caixa Econômica Federal, esta na qualidade de gestora do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinada à implantação de projeto de sistema de macrodrenagem, no Município.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 23 de setembro de 1987. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do artigo 42, inciso VI, da Constituição, e eu, Humberto Lucena, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 149, DE 1987

Autoriza a Prefeitura Municipal de Coromandel, Estado de Minas Gerais, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 46.992,48 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Coromandel, Estado de Minas Gerais, nos termos do artigo 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, alterada pela Resolução nº 140, de 5 de dezembro de 1985, ambas do Senado Federal, autorizada a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 46.992,48 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, junto à Caixa Econômica Federal, esta na qualidade de gestora do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinada à implantação de calçamento no Município.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 23 de setembro de 1987. Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do artigo 42, inciso VI, da Constituição, e eu, Humberto Lucena, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 150, DE 1987

Autoriza a Prefeitura Municipal de Iguatama, Estado de Minas Gerais, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 18.796,99 Obrigações do Tesouro Nacional OTN.

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Iguatama, Estado de Minas Gerais, nos termos do artigo 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, alterada pela Resolução nº 140, de 5 de dezembro de 1985, ambas do Senado Federal, autorizada a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 18.796,99 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, junto à Caixa Econômica Federal, esta na qualidade de gestora do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinada à canalização, drenagem e dragagem de parte do córrego Laveran, no Município.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 23 de setembro de 1987. Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu, Humberto Lucena, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 151, DE 1987

Autoriza a Prefeitura Municipal de Moema, Estado de Minas Gerais, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 13.114,66 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Moema, Estado de Minas Gerais, nos termos do artigo 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, alterada pela Resolução nº 140, de 5 de dezembro de 1985, ambas do Senado Federal, autorizada a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 13.114,66 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, junto à Caixa Econômica Federal, esta na qualidade de gestora do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinada à implantação de calçamento, meios-fios e sarjetas, no Município.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 23 de setembro de 1987, Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

SUMÁRIO**1 — ATA DA 65ª SESSÃO, EM 23 DE SETEMBRO DE 1987****1.1 — ABERTURA****1.2 — EXPEDIENTE****1.2.1 — Comunicações da Presidência**

— Recebimento da Mensagem nº 203/87 (nº 313/87, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República, solicita autorização para que a Prefeitura Municipal de São Félix do Piauí—PI, possa contratar operação de crédito, para os fins que especifica.

— Recebimento do Sr. Clóvis Moreira Pinto, residente em São Vicente, Território de Roraima, denúncia contra o Sr. Getúlio Alberto de Souza Cruz, Governador daquele Território, arrolados fatos que expõe e termos de declarações que apresenta.

1.2.2 — Discursos do Expediente

SENADOR CID SABÓIA DE CARVALHO — Comentários sobre o segundo substitutivo do Relator Bernardo Cabral, em discussão na Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte.

SENADOR POMPEU DE SOUZA — Homilia do Arcebispo de Brasília, Dom José Freire Falcão, na missa de sétimo dia do Ministro Marcos Freire.

SENADOR EDISON LOBÃO — O debate, na Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte, do Substitutivo do Relator Bernardo Cabral.

SENADOR RAIMUNDO LIRA — Dívida externa brasileira.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Resolução nº 154/87, que autoriza a Prefeitura Municipal de Córumbá, Estado de Minas Gerais, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 56.390,98 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN. **Aprovado.**

Redação final do Projeto de Resolução nº 154/87. **Aprovada.** À promulgação.

— Projeto de Resolução nº 155/87, que autoriza a Prefeitura Municipal de São João Evangelista, Estado de Minas Gerais, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 43.642,63 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN. **Aprovado.**

Redação final do Projeto de Resolução nº 155/87. **Aprovada.** À promulgação.

— Projeto de Resolução nº 156/87, que autoriza a Prefeitura Municipal de Serra do Salitre, Estado de Minas Gerais, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 32.007,13 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN. **Aprovado.**

Redação final do Projeto de Resolução nº 156/87. **Aprovada.** À promulgação.

— Projeto de Resolução nº 157/87, que autoriza a Prefeitura Municipal de Teresina, Estado do Piauí, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 40.777,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN. **Aprovado.**

Redação final do Projeto de Resolução nº 157/87. **Aprovada.** À promulgação.

— Projeto de Resolução nº 158/87, que autoriza a Prefeitura Municipal de Imperatriz, Estado do Maranhão, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 209.863,31 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN. **Aprovado.**

Redação final do Projeto de Resolução nº 158/87. **Aprovada.** À promulgação.

— Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 116/87 (nº 180/87, na origem) pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Sr. Luiz Augusto Pereira Souto Maior, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Suécia. **Discussão adiada** por falta de quorum.

— Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 123/87 (nº 205/87, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Sr. Marcos Henrique Camillo Cortes, Embaixador do Brasil junto à comunidade da Austrália, para cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República de Vanuatu. **Discussão adiada** por falta de quorum.

— Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 137/87 (nº 232/87, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Sr. Ernesto Alberto Ferreira de Carvalho, Ministro de Primeira Classe, da carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República Democrática Alemã. **Discussão adiada** por falta de quorum.

— Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 138/87 (nº 233/87, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Sr. Edmundo Radwanski, Ministro de Segunda Classe, da carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à Jamaica. **Discussão adiada** por falta de quorum.

— Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 140/87 (nº 236/87, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Sr. José Jerônimo Moscardo de Souza, Ministro de Primeira Classe, da carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República da Costa Rica. **Discussão adiada** por falta de quorum.

1.3.1 — Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR JOÃO MENEZES, como Líder do PFL — O debate do segundo substitutivo do relator Bernardo Cabral na Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte.

SENADOR RUY BACELAR — Obras do Porto de Malhado, na cidade de Ilhéus — BA.

SENADOR JUTAHY MAGALHÃES — Município de Paulo Afonso — BA, reivindica solução para o abastecimento de água naquela região.

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — Falecimento do Sr. José Quintiliano da Fonseca Sobral.

1.3.2 — Comunicação da Presidência

— Referente à sessão especial que será realizada amanhã, dia 24, às 10 horas, destinada a homenagear o ex-Senador Francisco Menezes Pimentel, pelo transcurso de seu centenário de nascimento.

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — DISCURSO PRONUNCIADO EM SESSÃO ANTERIOR

— Do Sr. Senador Áureo Mello, proferido na sessão de 21-9-87.

3 — MESA DIRETORA

4 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

5 — COMPOSIÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

Ata da 65ª Sessão, em 23 de setembro de 1987

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 48ª Legislatura

— EXTRAORDINÁRIA —

Presidência dos Srs. Humberto Lucena e Dirceu Carneiro

ÀS 10 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Mário Maia — Aluísio Bezerra — Nabor Júnior — Leopoldo Peres — Áureo Mello — Odaírc Soares — Ronaldo Aragão — Olavo Pires — João Menezes — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — Edison Lobão — João Lobo — Chagas Rodrigues — Virgílio Távora — Cid Sabóia de Carvalho — Mauro Benevides — José Agripino — Lavoisier Maia — Marcondes Gadelha — Humberto Lucena — Raimundo Lira — Marco Maciel — Antonio Farias — Mansueto de Lavor — Teotônio Vilela Filho — Albano Franco — Francisco Rollemberg — Lourival Baptista — Luiz Viana — Jutahy Magalhães — Ruy Bacelar — José Ignácio Ferreira — João Calmon — Jamil Haddad — Afonso Arias — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Alfredo Campos — Ronan Tito — Severo Gomes — Fernando Henrique Cardoso — Mauro Borges — Iram Saraiva — Irapuan Costa Júnior — Pompeu de Souza — Maurício Corrêa — Meira Filho — Roberto Campos — Loureirberg Nunes Rocha — Márcio Lacerda — Rachid Saldanha Derzi — Wilson Martins — Leite Chaves — Afonso Camargo — José Richa — Ivan Bonato — Dirceu Carneiro — Nelson Wedekin — Carlos Chiarelli — José Paulo Bisol — José Fogaça.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — A lista de presença acusa o comparecimento de 62 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — A presidência recebeu a Mensagem nº 203, de 1987 (nº 313/87, na origem), de 22 de setembro do corrente ano, pela qual o Senhor Presidente da República, nos termos do art. 42, item VI, da Constituição, e de acordo com o art. 2º da Resolução nº 93/76, do Senado Federal, solicita autorização para que a prefeitura Municipal de São Félix do Piauí (PI), possa contratar operação de crédito, para os fins que especifica.

Nos termos da Resolução nº 1, de 1987, a Presidência designará, oportunamente, o Relator da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — A Presidência recebeu, do advogado Clóvis Moreira Pinto, residente em São Vicente, Território de Roraima, denúncia contra o Senhor Getúlio Alberto de Souza Cruz, Governador daquele território, arrolados fatos que expõe e termos de declarações que apresenta, juntamente com cópia de ata de sessão da Câmara de Vereadores de Boa Vista, realizada a 24 de agosto de 1987.

De acordo com o disposto no art. 3º da Lei nº 7.106, de 28 de junho de 1983, obedecidas, ainda disposições da Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, o expediente que acaba de ser lido será remetido a Comissão de Constituição e Justiça, depois do que o Senado Federal, por maioria absoluta, poderá decretar a procedência da acusação.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro), — Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO (PMDB — CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A Nação vive neste momento mais uma grande emoção em torno da Assembléia Nacional Constituinte. Isto se dá por força de mais um trabalho do Relator Bernardo Cabral que cumprindo o Regimento Interno desse colegiado, apresenta um novo relatório, um novo substitutivo, resultado da apreciação de milhares e milhares de emendas. É evidente que esta Assembléia Nacional Constituinte tem sido pródiga na oferta de emendas as mais diversas, propiciando ao Relator uma ampla matéria-prima para o seu trabalho, para os seus pensamentos, para os seus caminhos, para as suas escolhas e para a fixação de suas preferências, mas tudo isto ligado, evidentemente, ao que consta dos Anais da Assembléia Nacional Constituinte.

Há pouco, comemorou-se nesta Casa, no Senado Federal, 200 anos da Constituição dos Estados Unidos da América do Norte. É evidente que todos pretendem fazer uma comparação das Constituições que o Brasil já teve e a Constituição que o Brasil terá e trabalha nela, comparações que são feitas com a atual constituição norte-americana.

Aqui, quando se falou sobre dados históricos a respeito da Carta americana, não faltou a referência ao sigilo ideológico, quando, na feitura da Constituição dos Estados Unidos se guardou o máximo de sigilo sobre o procedimento dos que estavam ali para escrever o grande documento.

As idéias foram, de certo modo, até destruídas nos seus documentários para que restasse, tão somente, a letra da própria Lei Maior, a letra da Carta Magna daquele povo.

No Brasil, fazemos uma Constituição que é, por certo, a de feitura a mais democrática de que se tem notícia, porque a imprensa acompanha cada passo da Assembléia, diferente, muito diferente, dos sigilos existentes noutras oportunidades, e com outros povos. Aqui, tudo é registrado em notas taquigráficas, os Anais vão se formando, as gravações são realizadas, tudo se documenta e tudo poderá saer dito de futuro, a respeito da conduta, isoladamente, de cada um dos integrantes da Assembléia Nacional Constituinte. Pelo menos, nessa comparação do imenso sigilo norte-americano, que varou a história, com o procedimento irresponsável democrático do Brasil, pelo menos, nesta peleja nós ganharemos a comparação com a Constituição norte-americana.

Muitos pensarão que perderemos, no entanto, por estarmos fazendo uma Constituição que desce a detalhes, uma Constituição minudente, uma Constituição de muitos artigos, parágrafos e muitos números. Muitos pensarão que perderemos na comparação com uma Constituição breve que dura 200 anos nos Estados Unidos da América do Norte. É outro ledo engano. A formação sociológica norte-americana era, então, quando da feitura de sua Carta, absolutamente diferente da situação vigente no Brasil, esse quadro social com o qual nos deparamos. A formação do nosso tipo,

a formação do nosso homem, o evoluir social do Brasil, as páginas de nossa história, tudo é bem diferente, muito diferente, dos Estados Unidos. Não há por que comparar um povo que pode detalhar a sua Carta e aquele que achou melhor deixar para outro tipo de legislação os detalhes que deixaram de constar nas linhas constitucionais. Tudo isto leva a comparações.

Mas, falo aqui, no Senado, exatamente quando a Nação vive a emoção do embate do grandes temas e isto me parece salutar para a democracia. Duvida-se da democracia brasileira exatamente quando ela está absolutamente exercitada; quando ela está sendo vivida ao máximo; quando a Nação se transformou num grande teatro, onde o seu maior órgão, que é a Assembléia Nacional Constituinte, pode sofrer a toda hora os maiores ataques, até achincalhes, e a tudo isto resiste, porque na verdade estamos numa democracia.

O Sr. Mauro Benevides — V. Ex^a permite, nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho, um aparte?

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Pois não, nobre Senador Mauro Benevides.

O Sr. Mauro Benevides — Nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho, V. Ex^a faz, neste momento, uma apreciação com o brilho e a clarividência que lhe são proverbiais, em torno dos trabalhos que se desenvolvem na Assembléia Nacional Constituinte, focalizando, a esta altura do seu pronunciamento, aquela característica detalhista de que se reveste o projeto do nosso eminente colega Deputado Constituinte Bernardo Cabral. Estava, certa vez, presidindo, para honra minha, e na ausência do titular da Presidência, Deputado Ulysses Guimarães, uma das sessões ordinárias daquela Assembléia, quando um dos Constituintes defendeu exatamente uma Carta com um maior número de artigos do que com aquela concisão que V. Ex^a agora aponta como modelo, padrão, a Constituição americana, por entender que nesta fase de transição do autoritarismo para a plenitude democrática haveria necessidade de que dispositivos e normas fossem inseridos na nossa Carta, para que se tornasse mais explícita a consagração daqueles direitos e daquelas garantias anteriormente conspurcadas pela Emenda nº 1, que continua a vigorar anexa à Carta de 1967. Diria mais a V. Ex^a, neste ensejo em que se reporta ao Substitutivo Bernardo Cabral e ao trabalho da Assembléia Nacional Constituinte, que nós não poderíamos, de maneira nenhuma, abstrair aquilo que foi, sem dúvida, a grande marca de participação do povo no trabalho de elaboração constitucional: as chamadas emendas populares. Nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho, quando o nosso eminente Líder Fernando Henrique Cardoso, que teve a responsabilidade, e ele a cumpriu exemplarmente, de elaborar o Regimento Interno, franqueando a três entidades associativas, com o apoio de trinta mil eleitores, a apresentação de emendas, o que ele pretendia com a sua visão, a sua experiência, o seu discernimento de homem público, foi exatamente assegurar o lastro de apoio popular à Assembléia Nacional Constituinte. E viu V. Ex^a o quê? — Mais de cem proposições, de conotação eminentemente popular, chegaram à essa Assembléia. Eu, próprio cheguei a receber, certa vez, a chamada Emenda Criança na Constituinte, com um milhão e duzen-

tas mil assinaturas. Não se discuta agora se essas emendas foram ou não acolhidas pelo Relator, se visão ou não a ser destacadas por qualquer Constituinte. O que deve ser realçado, nesta oportunidade, é que a conscientização do povo, quanto à responsabilidade da Assembléia Nacional Constituinte, passou a existir, e isso realmente nos conforta e nos estimula para que cumpramos da melhor forma possível a nossa tarefa de preparar a nova Lei Fundamental brasileira.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Concorde com V. Ex^a, porque não estou criticando a extensão da Carta brasileira. Estou apenas registrando as comparações que gostam de fazer da nossa Carta com outras constituições. Eu sempre digo que não interessa essa comparação. Interessa é que a Constituição brasileira, com poucos ou com muitos artigos, realmente traduza o pensamento da Nação brasileira. É evidente que vamos obter, vamos alcançar esse objetivo, vamos obter isto que queremos alcançar e isto será alcançado.

Agora, partimos de uma Constituição da estaca zero. Era muito fácil termos encomendado um projeto, mas nos demos ao luxo até do abandono do trabalho da Comissão Afonso Arinos, e partiu-se do zero, partiu-se do nada para se fazer uma Carta. Presidi a Subcomissão do Sistema Financeiro, uma tarefa que também partiu da inexistência absoluta, até no texto atual da Constituição, para fazermos um verdadeiro edifício do sistema financeiro nacional. O Brasil está, evidentemente, construindo o seu edifício constitucional e faz isto com humildade, com serenidade, com tempo para fazer. Infelizmente, as críticas é que procuram perturbar, porque, no momento, a Assembléia Nacional Constituinte transformou-se num grande monstro, a fazer medo a toda a Nação. Todos têm medo da Constituinte e todos querem destruí-la. Todos, aqui, na expressão dos que criticam, englobando os que nos criticam e não aqueles que têm boa vontade para com esse imenso trabalho parlamentar.

É claro, neste momento, que a Assembléia é castigada, e as críticas são feitas do modo mais injusto, do modo mais absurdo. Essas críticas são feitas provando um total desconhecimento. Talvez quisessem que chamássemos um intelectual, encomendássemos um texto e disséssemos além a esse texto. Mas não, a Constituinte está sendo feita com qualquer espaço que se abra para emendas, e elas surgem aos milhares. Isto é uma prova do interesse do Constituinte. A Constituinte está sendo feita com propostas populares, feita com milhares e milhares de cartas que são endereçadas aos Constituintes; com as sugestões que chegaram antes e durante a Assembléia Nacional Constituinte.

Daí por que não vejo, Senador Mauro Benevides, a necessidade de estarmos comparando uma carta a outra carta: a dos Estados Unidos tem 200 anos, tem tal tamanho; Constituição tal dura tantos anos, só tem 70 artigos... Isto não importa, o que importa, acho isto muito destacável, é a fidelidade ao momento nacional, é a mudança que a Nação espera, é o novo rumo que o Brasil deve tomar, é o estabelecimento da democracia com bases mais sólidas, é a restauração integral das liberdades, é a justiça social que deve ter um embasamento legal, é a futura legislação ordinária encontrar agora um ponto

de partida, a sua fonte muito clara, muito bem definida, para que não haja as famosas distorções, que levaram milhares de leis brasileiras a não terem absolutamente o menor significado, posto que leis muito debatidas, absolutamente ineficazes.

O Sr. Leite Chaves — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Concedo o aparte a V. Ex^a

O Sr. Leite Chaves — Quero congratular-me com V. Ex^a, porque está trazendo a esta Casa um debate à altura das necessidades da Constituição. Estamos assistindo ao seguinte: os que resolveram empenhar-se mais na Constituinte são exatamente os mais pretenciosos e os mais desqualificados para isto. E a Nação toma conhecimento do que fazemos aqui, através dessas declarações. Pessoas que querem fazer uma Constituição por jornais, por notícias, e não têm condições de trazer ao debate temas como os que V. Ex^a está trazendo. Na realidade, Senador, V. Ex^a coloca muito bem. Querem tomar como parâmetro a Constituição norte-americana. Mas, não há paralelo. A Constituição dos Estados Unidos foi feita por Estados independentes, em que as normas, para serem aceitas, tinham que ser as mais genéricas, senão implicariam na não aceitação. E, na realidade, houve homens capazes que terminaram fazendo a Constituição dos Estados Unidos. Sabiam pelo menos História. Uns dos pretenciosos, que era Constituinte, Mr. Morris, terminou sendo preso, pelo destempero, pelo exagero com que queria proceder. Nos Estados Unidos se procurava defender a liberdade genérica do branco. Tanto é que exageravam até a felicidade pessoal, mas mantiveram a escravidão. Aqui, nós somos uma sociedade plural, uma sociedade diferenciada, em que cada grupo, politicamente conscientizado, está querendo ficar presente na Constituição, com o seu direito, na certeza de que, se esses direitos forem remetidos para a legislação ordinária, esses setores haverão de ficar marginalizados. Então, é muito bom que se mostre essa divergência. Outra coisa: o Brasil, sendo uma sociedade plural, ela não pode, numa concisão de artigos, tratar de situações dessa natureza. Já repeti aqui muitas vezes aquela observação de Rui Barbosa, de que pode haver prolixidade num soneto e não haver prolixidade num tratado. V. Ex^a, às vezes, não consegue ler um soneto de 14 versos, entretanto, como eu já disse aqui, uma vez, de um tratado de Duguit não se consegue tirar um parágrafo, que a obra será mutilada. Essa nossa Constituição deve ter o número de artigos que forem necessários, e não porque a Constituição americana tenha menos artigos. Quem quer muito pouco artigo na Constituição, são aqueles que não querem que os seus privilégios sejam afetados. Então, quanto menos artigos houver, mais os privilégios terão condição de sobreviver. Congratulo-me com V. Ex^a por estar colocando o assunto em termos. Tomar-se como parâmetro a Constituição norte-americana, que serviu só para os Estados Unidos, é um erro.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Muito obrigado.

Gostaria de, ao final deste pronunciamento, revelar o que me trouxe a esta tribuna, que foi exata-

mente parabenizar o Relator Bernardo Cabral no momento em que, mais uma vez, ele é muito criticado no País, porque há esse **lobby** imenso contra a Constituinte como um todo. Todos que têm vocação antidemocrática odeiam esta Assembleia Nacional Constituinte.

O Relator fez incluir nas Disposições Transitórias a estabilidade para o funcionário público, o servidor público de um modo geral, que tenha mais de cinco anos de efetivo exercício da data da promulgação da Carta, permitindo que o quinquênio, ao ser completado por quem, na data da promulgação não tenha os cinco anos, dará estabilidade de futuro, na data em que o quinquênio for completado, em que o lustro se integrar como um direito daquele servidor.

Esse dispositivo, Srs. Senadores, me parece muito justo, porque não podemos apenas o servidor público que ingressou sem concurso, uma vez que ninguém ingressa no serviço público por sua livre e espontânea vontade, e sim por determinação do Estado, através de um Governador, através de um prefeito, através do Presidente da República, através de um Ministro, através de uma pessoa que tem funções dadas pelo próprio Estado. Por isso, o Estado tem que assumir a sua cota nesse fazimento de um novo Brasil, de uma nova situação jurídica para a Nação brasileira.

Louvo o Relator Bernardo Cabral, finalmente, pela introdução da emenda que propicia a estabilidade ao servidor público que tenha cinco anos de exercício na data da promulgação da Carta ou venha a completá-los. Eu havia proposto, no entanto, que a estabilidade ocorresse para quem tivesse cinco anos na data da vigência da Carta e que quem não os tivesse fizesse um imediato concurso interno, para evitar o interregno que existirá entre a promulgação e a data em que certos servidores completarão os cinco anos, porque nesse período poderão ser demitidos. O concurso realizado imediatamente evitaria a demissão.

Em face de a estabilidade ter tido esse ingresso, em prol desses servidores, por ter ela ingressado na propositura do Relator Bernardo Cabral, congratulo-me com S. Ex.^a e quero dizer que a Constituição que se está fazendo nem de leve é nazista, não tem nada a ver com nenhuma idéia totalitária. Ela está sendo feita ao aconchego das liberdades de propor e isso basta para não haver nazismo.

Muito obrigado, Sr. Presidente, e desculpe-me por ter extrapolado um pouco.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Pompeu de Souza.

O SR. POMPEU DE SOUZA (PMDB — DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Venho ocupar, por um breve momento, esta sessão do Senado Federal, para fazer transcrever nos Anais da Casa um pronunciamento que me parece da maior importância, o pronunciamento que o Arcebispo Metropolitano de Brasília, D. José Freire Falcão proferiu na missa de sétimo dia em memória do nosso saudoso companheiro Marcos Freire e dos seus auxiliares tragicamente mortos naquele acidente, que já foi objeto, inclusive, de vários pronunciamentos neste Senado, no dia seguinte à terrível tragédia.

Mas faço questão, Sr. Presidente, fiz questão, Srs. Senadores, de trazer a esta Casa este documento, porque é da maior importância e representa o pensamento da Igreja com relação à missão que levou Marcos Freire a dedicar os últimos dias de sua vida e, até, a dedicar a sua própria vida, sacrificado que foi em plena luta na defesa da reforma agrária, na defesa da institucionalização da justiça social nos campos, fundamento e origem da justiça social para todo o País, porque é da injustiça social nos campos que resulta a migração desordenada, que resulta o êxodo dramático da miséria dos campos, que vem engrossar e agravar a miséria das cidades. Hoje se torna necessário, e mais do que necessário, urgente e inadiável, que se faça a reforma agrária e, ao mesmo tempo, a reforma urbana, porque ambas se completam. E sem as duas não se terá restabelecido neste País a normalidade da vida; não se terá estabelecido neste País condição de vida com dignidade para a nossa população.

A verdade, Sr. Presidente e Srs. Senadores, é que, sem essas reformas, a reforma agrária para o homem do campo e a urbana para o homem da cidade, que foi, em grande parte, e continua a ser, o homem tangido do campo pela miséria que o cerca, pela miséria que o atropela e o flagela, sem essas duas reformas, não teremos dado ao homem brasileiro a dignidade a que ele tem direito e não teremos feito deste País aquele País ao mesmo tempo livre e soberano, fraterno e humano, que é a condição mesma da humanidade, que é a condição mesma do espírito cristão.

Por isso, Sr. Presidente, requeiro que se faça incluir nos Anais desta Casa, como um complemento altamente honroso deste meu pronunciamento, a magnífica homilia com que D. José Freire Falcão exaltou a vida, a obra e o sacrifício de Marcos Freire e de seus auxiliares. Ao mesmo tempo, que se acrescente a esses Anais o próprio ordinário da missa, que foi elaborado de maneira primorosa não apenas no seu conteúdo, mas também na sua forma; primorosa pelo que contém de reivindicação por justiça social e humana; primorosa no contexto em que foi escrito este ordinário da missa, porque todos nós que a ele assistimos e dele participamos, vivemos um momento de grandeza, de cristandade, de beleza.

Portanto, Sr. Presidente, encaminho à Mesa estes dois documentos para que constem do meu discurso e dos Anais desta Casa. (Muito bem!)

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. POMPEU DE SOUZA EM SEU DISCURSO.

Homilia — D. José Freire Falcão — BSB, 15-9-87

Os mortos não estão ausentes de nossa vida. Nós os encontramos, a cada momento, nos escritos que deixaram, nas palavras que pronunciaram, nas atitudes que assumiram e nós empreendimentos que marcaram suas existências.

O Ministro Marcos Freire com os seus seis auxiliares serão sempre lembrados, porque morreram em missão, no serviço de seus irmãos do campo.

As palavras do Senhor, no Evangelho que acabamos de ouvir, — “amai-vos uns aos outros como eu vos amei” (Jo.15,12) — constituem não só o princípio e o horizonte da ética evangélica

mas o preceito à luz do qual seremos um dia julgados pelo Pai. Um amor que deve ter por medida o próprio amor de Cristo por nós.

Um amor efetivo e afetivo, não apenas retórico, especialmente pelo mais pequenino dos seus: pela criança, pelo velho, pelo inválido, pelo doente, pelo injustiçado, pelo marginalizado, pelo sem-habituação ou sem-terra.

Todos os que pereceram neste terrível acidente estavam de fato entregando suas vidas por muitos de seus irmãos, que não contam com poder econômico ou político para assegurar o direito de permanência num pedaço de terra em que vivem e trabalham ou garantir o acesso ao solo, no qual possam viver com dignidade, como pessoas humanas, sem serem forçados a uma migração desumana e humilhados à condição de pedintes nos grandes centros urbanos.

“E ninguém tem mais amor, diz Jesus, do que aquele que dá a sua vida por seus amigos” (Jo. 15,13). E eles deram a vida no cumprimento de uma nobre missão: a reforma agrária. Deram a vida por um futuro condigno para os seus amigos do campo.

Talvez, nem todos professassem explicitamente a fé em Jesus Cristo, Filho de Deus e nosso Salvador. Mas já não é seu discípulo anônimo quem vive para os outros, quem é capaz de se sacrificar pelos irmãos?

Pois, diz São João, “nisto conhecemos o Amor: que ele deu sua vida por nós. E nós também devemos dar a nossa vida pelos irmãos” (1 Jo. 3,16). É como se São João dissesse: sereis reconhecidos por discípulo do Amor, de Jesus Cristo, se sois capazes de dar vossas vidas pelos irmãos.

Sim. Tudo haveria de mudar, e mudar radicalmente, se nosso critério de vida e nossa prática política e social fossem marcados pelo outro, pelo mais necessitado, que é nosso irmão, e com o qual Jesus se identifica no julgamento final: “Tive fome e me destes de comer. Tive sede e me destes de beber. Era estrangeiro e me acolhestes. Estava nu e me vestistes, enfermo e me visitastes, na prisão e me vestistes ver” (Mt. 25,35-37). ”

Que o mandamento novo do Senhor — novo, porque é uma exigência primeira para a entrada em seu Reino e requer humildade e decisão de serviço, as quais nos levem a ocupar os últimos lugares e a morrer pelos outros — esteja presente não só nesta celebração eucarística como e sobretudo em nossas vidas de cristãos no mundo.

Dizia, no início desta homilia, que sempre estamos a encontrar nossos mortos, à luz da fé de nossos vivos. Sim. Haveremos sempre de encontrar o Ministro Marcos Freire na coragem de renunciar a um cargo público, para o qual foi eleito por seus concidadãos, por discordar de um ato político que julgava injusto. Haveremos de encontrá-lo no ardor com que defendia os ideais de liberdade e justiça social. Haveremos de encontrá-lo na serenidade sem alarde com que se entregou à tarefa de uma causa digna e justa. Pois, dizia ele: “a minha experiência, a minha vivência de homem público... faz com que, tendo pressa nas coisas que precisam ser feitas, não me deixarei ser levado pelo agodamento”.

Talvez, seja a imagem do homem discreto, aberto ao diálogo, mas firme na execução de um projeto vital para o nosso País, para o bem do homem do campo e para a paz social no meio rural que sua memória seja guardada pela história.

Mas, para nós, cristãos, não há só a presença pelo exemplo e pelo testemunho dos mortos na vida dos vivos. Há, sobretudo, a presença misteriosa, mas real, dos mortos, enquanto vivos, na vida de homens mortais. Uma presença que nos acompanha como inspiração permanente, estímulo e força para sermos fiéis às grandes causas por que eles viveram e deram suas vidas.

Pois, cremos que os mortos vivem. Vivem não só na lembrança de seus amigos, de seus concidadãos, mas vivem realmente. Nem tudo perece com o corpo. Há no homem um princípio espiritual que escapa à decomposição do corpo: princípio que chamamos de alma. É ele que dá a identidade ao corpo, que faz dele o meu corpo. É ele o centro de atribuição de meus atos.

Oremos não só na alma imortal mas que estes corpos, hoje desfeitos, haverão um dia de ressuscitar, segundo a promessa solene de Jesus: "A vontade de meu Pai, que me enviou, é que todo homem que vê o Filho e nele crê possua a vida eterna; e eu o ressuscitarei no último dia" (Jo. 6, 40). "Eu sou a ressurreição e a vida. Quem crê em mim, ainda que morra, viverá. E quem vive e crê em mim jamais morrerá" (Jo. 11, 23-26).

Esta fé na imortalidade da alma e na ressurreição dos corpos nos une neste instante, ao recordarmos o Ministro Marcos Freire e seus auxiliares e ao sufragarmos os seus nomes diante de Deus.

Que a celebração da Eucaristia, ato supremo na vida de um cristão, nos leve ao compromisso de empenhar-nos por uma reforma agrária justa e corajosa, como um dever de justiça, uma exigência de caridade e uma expressão de nossa fé cristã.

Não se trata de explorar ideologicamente uma tragédia em favor de interesses individuais ou de grupos, mas de descobrir neste fato doloroso um sinal de Deus, para chamar a atenção dos Poderes Executivo e Judiciário, e especialmente de nossos Constituintes, para uma situação, no campo, de injustiça e violência, contrária aos desígnios de Deus. Trata-se de tornar consciência da gravidade do problema e de que uma autêntica reforma agrária é concretização do mandamento do amor.

Que o problema agrário não seja razão para dividir os representantes de nosso povo na Assembleia Constituinte mas ocasião para a afirmação de um dever cívico, de uma opção política digna e da consciência cristã em torno de uma questão que una todos os Constituintes. Assim seja.

"SEM ÓDIO, SEM MEDO"

CELEBRAÇÃO DA VIDA... DA ESPERANÇA... DA RESSURREIÇÃO

De

- MARCOS FREIRE
- DIRCEU PESSOA
- JOSÉ EDUARDO RADUAN
- JOSÉ TEIXEIRA
- IVAN OTERO RIBEIRO
- AMAURY TEIXEIRA
- WELLINGTON REZENDE
- JORGE SHIMOMURO
- CARLOS ALBERTO DA SILVA

15 de setembro de 1987 — Catedral Metropolitana, Brasília, DF

1. Introdução

1º Leitor:

"Se o grão de trigo que cai na terra não morre, permanecerá só; mas se morrer, produzirá muitos frutos" (Jo 12,24)

"A situação dos que sofrem por questões de terra em nosso país é extremamente grave. Ouve-se por toda parte deste povo sofrido, ameaçado de perder sua terra ou impossibilitado de alcançá-la"

(Bispos do Brasil, 18ª Assembleia Geral 1980, Documento).

Marcos, homem público e seus companheiros deram a vida por esta causa.

Resta-nos a Esperança e a Fé de que plantaram uma semente que deve morrer para germinar a reforma agrária, "sem ódio, sem medo."

Ritos iniciais

2. CANTO DE ENTRADA

3. ACOLHIDA

Arcebispo:

Em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo.

Todos: Amém.

Arcebispo:

Sede bem-vindo, Irmãos na Fé, na Esperança de Vida Eterna para os que partiram deixando plantadas sementes de vida nesta terra.

Se a morte nos entristece, alegra-nos a certeza de que a dor, a tristeza, as injustiças haverão de terminar.

Aclamemos o Senhor que nos criou, e nos chama pelo dom da sua graça à felicidade plena.

Todos: "Feliz quem pensa no fraco e no indigente; no dia da infelicidade o Senhor o salvo. (Sl 41,2).

"O Senhor tenha piedade de nós e nos abençoe, fazendo sua face brilhar sobre nós para que se conheça o teu caminho sobre a terra, em todas as nações a tua salvação" (Sl 67, 2-3).

Arcebispo:

A vós, povo de Deus, que caminha na Esperança, construindo aqui na terra morada lá no céu, a paz, a alegria, o consolo e a misericórdia de Deus, nosso Pai e de Jesus Cristo.

Todos: Bendito seja Deus que nos reuniu no Amor de Cristo.

Ato penitencial

1º Leitor:

A esperança faz tudo renascer; a fé nos faz caminhar, o amor nos leva a agir.

Pensemos quantas vezes perdemos a esperança, quantas vezes não enxergamos o caminho por falta de fé e como somos insensíveis aos apelos do amor. (Pausa).

Arcebispo:

Senhor, vede nossa disposição em recomeçar baseados na esperança de que só Vós sois a causa pela qual vale a pena dar a vida. Escutai-nos e tende piedade de nós.

Todos: Tende piedade de nós, Senhor, porque somos pecadores.

Concelebrante:

Cristo, Vós que morrendo nos salvastes e, ressuscitando vos tornastes promessa de vida para todos os que assumem com dignidade e valor o trabalho de tornar o mundo mais humano, mais justo e solidário, olhai nosso interior e tende piedade de nós.

Todos: Cristo, sede misericordioso e tende piedade de nós.

Arcebispo:

Senhor, que santificais os homens e quereis agir no mundo por meio de quem vos aceita e vos anuncia, olhai nosso amor oscilante e tende piedade de nós.

Todos: Senhor, tende piedade de nós.

Arcebispo:

Deus Todo Poderoso, tenha compaixão de nós, perdoe os nossos pecados e nos conduza à vida eterna.

Todos: Amém.

Arcebispo:

Oremos; Ó Deus e Pai todo-poderoso, nós cremos que o Vosso Filho morreu e ressuscitou por nós. Concedei a nossos irmãos: Marcos, Dirceu, Raduan, José Teixeira, Ivan, Amaury Wellington, Jorge e Carlos Alberto Adormecidos em Cristo, que em Cristo também ressuscitem para a alegria eterna. Por Nosso Senhor Jesus Cristo.

Todos: Amém.

Rito da Palavra

1º Leitor:

O profeta Amós sensível aos sofrimentos do povo de seu tempo, vagando sem terra e sem lar, prevê o trabalho dos que lutam pela justiça na terra, dom de Deus, de onde ninguém será arbitrariamente arrancado.

2º Leitor:

Leitura do Livro do Profeta Amós (Amós 9,13-15). "Eis que virão dias — oráculo do Senhor — em que aquele que semeia estará próximo daquele que colhe; aquele que pisa as uvas daquele que planta; as montanhas destilarão mosto, e todas as colinas derreter-se-ão.

Mudarei o destino de meu povo, Israel, eles reconstruirão as cidades devastadas e as habitarão, plantarão vinhas e beberão o seu vinho, cultivarão pomares e comerão os seus frutos. Eu os plantarei em sua terra e não serão mais arrancados de sua terra, que eu lhes dei, disse o Senhor, teu Deus".

Palavra do Senhor.

Todos: Graças a Deus.

5. Canto de Meditação (Sl. 127 e 67)

1º Leitor:

Estes salmos são o reconhecimento de nossa incapacidade de realizar a tarefa que se nos propõe a palavra de Deus, sem que Ele mesmo não venha em nosso socorro, mostrando-nos o caminho a seguir.

Todos: Que os povos te celebrem, ó Deus.

Que todos os povos te celebrem.

2º Leitor:

Se o Senhor não constrói a casa,
Em vão labutam os seus construtores;
Se o Senhor não guardar a cidade
Em vão vigiam os guardas.

Todos: Que os povos te celebrem, ó Deus.

Que todos os povos te celebrem.

1º Leitor:

Deus tenha piedade de nós e nos abençoe
fazendo sua face brilhar sobre nós,
Para que se conheça o teu caminho sobre a terra,
em todas as nações a tua salvação.

Todos: Que os povos te celebrem, ó Deus,

Que todos os povos te celebrem.

2º Leitor:

A terra produziu o seu fruto
Deus, o nosso Deus, nos abençoe
Que Deus nos abençoe,

E todos os confins da terra o temerão
 Todos: Que os povos te celebrem, ó Deus,
 Que todos os povos te celebrem.

6. ACLAMAÇÃO AO EVANGELHO

Todos: Aleluia, Aleluia, Aleluia.

1º Leitor:

"Se o grão de trigo que cai na terra
 não morrer, permanecerá só;
 mas se morrer, produzirá muito fruto.
 (Jo 12,24).

Todos: Aleluia, Aleluia, Aleluia.

7. EVANGELHO

2º Leitor:

Produzir frutos da vida e vida eterna significa
 seguir a Jesus. Segui-lo significa estar disposto
 a dar a vida pela causa dos amigos.

Concelebrante:

Evangelho de Jesus Cristo narrado por João
 (Jo 15, 8-17):

Naquele tempo, disse Jesus a seus discipu-
 los:

Meu Pai é glorificado quando produzis muito
 fruto e vos tomais meus discípulos.

Assim como o Pai me amou, também eu
 vos amei.

Permaneçei em meu amor.

Se observais meus mandamentos,
 permaneceréis no meu amor,
 como eu guardei os mandamentos de meu
 Pai

e permaneço no seu amor.

Eu vos digo isso

para que a minha alegria esteja em vós

e vossa alegria seja plena.

Este é o meu mandamento:

amai-nos uns aos outros

como eu vos amei.

Ninguém tem maior amor

do que aquele que dá a vida por seus amigos.

Vós sois meus amigos,

se praticais o que vos mando.

Já não vos chamo servos,

porque o servo não sabe

o que seu Senhor faz;

mas eu vos chamo amigos;

porque tudo o que ouvi de meu Pai

eu vos dei a conhecer.

Não fostes vós que me escolhestes,

mas fui eu que vos escolhi

e vos designei

para irdes e produzirdes fruto

e para que o vosso fruto permaneça,

Afim de que tudo o que pedirdes ao meu

Pai

em meu nome

ele vos dê.

Isto vos mando: Amai-vos uns aos outros".

Palavra da Salvação.

Todos: Glória a Vós, Senhor.

8. Homilia: (Arcebispo)

9. ORAÇÃO DOS FIEIS:

Arcebispo:

Irmãos, rezemos com fé, na esperança de que
 Deus ouvirá as nossas preces pelos mortos, hoje
 relembrados por nós. Rezemos para que o dom
 de suas vidas, entregue a serviço do povo brasi-
 leiro, seja semente de novos caminhos para justi-
 ça e paz na terra.

(Obs: As orações que se seguem serão pronun-
 ciadas por parentes, amigos e companheiros de
 trabalho dos falecidos)

1. Por Marcos, Dirceu, Raduan, José Teixeira,
 Ivan, Amaury, Wellington, Jorge e Carlos Alberto,
 falecidos em plena atividade e nas suas responsa-
 bilidades de pessoas públicas, para que o sacri-
 fício de suas vidas seja semente, "sem ódio e
 sem medo" de verdadeira reforma agrária, urgen-
 te e justa em terras brasileiras, rezemos ao Senhor,
Todos: Senhor, escutai a nossa prece.

2. Por todos os falecidos em conflitos pela pos-
 se da terra, para que não se alastre a violência,
 nem a luta fratricida e se encontrem na ordem
 justa os caminhos da pacificação deste grave pro-
 blema nacional, rezemos ao Senhor
Todos: Senhor, escutai a nossa prece.

3. Pelas pessoas e organismos em que trabalha-
 vam nossos irmãos falecidos, para que com efí-
 ciência e agilidade possam utilizar os recursos
 técnicos e a lei numa rápida solução dos conflitos
 da terra, evitando o sacrifício de vidas preciosas,
 rezemos ao Senhor.

Todos: Senhor, escutai a nossa prece.

4. Pelos deputados e senadores, reunidos em
 Assembléia Nacional Constituinte, para que ou-
 çam o clamor do povo e de suas necessidades
 fundamentais, tais como terra, moradia, educa-
 ção, saúde, segurança e expressem na nova Con-
 stituição estes anseios criando uma ordem justa
 e que atenda a todos os brasileiros, sem discrimi-
 nações, rezemos ao Senhor.

Todos: Senhor, escutai a nossa prece.

5. Pelos parentes e amigos de Marcos, Dirceu,
 Raduan, José Teixeira, Ivan, Amaury, Wellington,
 Jorge e Carlos Alberto que sofrem a dor e a tristeza
 de terem perdido pessoas queridas. Que o Senhor
 os console e mostre a sua face cheia de miseri-
 córdia, rezemos ao Senhor.

Todos: Senhor, escutai a nossa prece.

Arcebispo:

Deus, nosso Pai e Consolador, aceitai a nossa
 prece confiante e que os nossos caminhos ilumi-
 nados por Jesus Cristo, Vosso Filho e Nosso Se-
 nhor que convosco vive e reina na unidade do
 Espírito Santo.

Todos: Amém.

Rito Sacramental

10. CANTO DO OFERTÓRIO

Arcebispo:

Orai, Irmãos, para que o nosso sacrifício seja
 aceito por Deus Pai Todo Poderoso.

Todos: Receba o Senhor por tuas mãos este sa-
 crifício, para a glória de seu nome, para o nosso
 bem e de toda a Santa Igreja.

Arcebispo: (sobre as oferendas)

Ó Deus de clemência, acolhei as oferendas que
 vos apresentamos, implorando a salvação de vos-
 sos filhos falecidos. Eles que jamais duvidaram
 da bondade do Salvador encontrem em vosso
 Filho um juiz compassivo. Por Nosso Senhor Je-
 sus Cristo Vosso Filho que convosco vive e reina
 na unidade do Espírito Santo.

Todos: Amém.

11. PREFÁCIO

1º Leitor:

Temos motivos para agradecer a Deus; Ele nos
 transforma, por meio da morte, para que possa-
 mos estar com Ele na Glória.

Arcebispo:

O Senhor esteja convosco.

Todos: Ele está no meio de nós.

Arcebispo:

Corações ao alto.

Todos: O nosso coração está em Deus.

Arcebispo:

Demos graças ao Senhor Nosso Deus.

Todos: É nosso dever e salvação.

Arcebispo:

Na verdade, ó Pai, Deus eterno todo poderoso,
 é nosso dever dar-vos graças, é nossa salvação
 dar-vos glória, em todo tempo e lugar, por meio
 do Cristo, Senhor nosso. Nele brilhou para nós
 a esperança da feliz ressurreição. E aos que a certe-
 za da morte entristece, a promessa da imorta-
 lidade consola.

Ó Pai, para os que crêem em Vós, a vida não
 é tirada, mas transformada, e desfeito o nosso
 corpo mortal, nos é dado, nos céus, um corpo
 imperecível. Por isso, com todos os anjos e santos,
 proclamamos a vossa glória, dizendo a uma só
 voz:

Todos: Santo, Santo, Santo, Senhor, Deus do
 universo! O Céu a terra proclamam a vossa glória.
 Hosana nas alturas! Bendito o que vem em nome
 do Senhor! Hosana nas alturas!

Oração Eucarística sobre a Reconciliação II

Arcebispo:

Deus de amor e de poder, louvado sois em
 vosso Filho Jesus Cristo, que veio em vosso no-
 me. Ele é a vossa palavra que liberta e salva os
 homens. Ele é mão que estendeis aos pecadores.
 Ele é o caminho pelo qual nos chega a vossa
 paz.

Todos: Fazei-nos, ó Pai, instrumentos de vossa
 paz.

Arcebispo:

Deus, nosso Pai, quando vos abandonamos,
 vós nos reconduzistes por vosso Filho entregan-
 do-o à morte para que voltássemos a vós e nos
 amássemos uns aos outros. Por isso, celebramos
 a reconciliação que vosso filho nos mereceu.
 Cumprindo o que Ele nos mandou, vos pedimos:
 Santificai, por vosso Espírito, estas oferendas.

Antes de dar a vida para nos libertar, durante
 a ceia, Jesus tomou o pão, pronunciou a bênção
 de ação de graças e entregou a seus discípulos,
 dizendo:

Tomai e comei, todos vós.

Isto é meu corpo.

que é dado por vós.

Naquela mesma noite, tomou nas mãos o cáli-
 ce e proclamando a vossa misericórdia o deu
 a seus discípulos, dizendo:

Tomai e bebei, todos vós:

este é o cálice do meu sangue,
 o sangue da nova e eterna aliança
 que é derramado por vós

e por todos os homens,
 para o perdão dos pecados.

Fazei isto

para celebrar a minha memória.

Eis o mistério da Fé.

Todos: Anunciamos, Senhor, a vossa morte, e
 proclamamos a vossa Ressurreição, Vinde, Senhor
 Jesus.

Arcebispo:

Ó Deus, Pai de misericórdia, vosso Filho nos
 deixou esta prova de amor. Celebrando a sua mor-
 te e ressurreição, nós vos damos aquilo que nos
 destes: o sacrifício da perfeita reconciliação.

Todos: Glória e louvor ao Pai, que em Cristo nos
 reconciliou.

Arcebispo:

Nós vos pedimos, ó Pai, aceitai-nos também com vosso Filho e, nesta ceia dai-nos o mesmo Espírito que arranca o que divide. Ele nos conserve em comunhão com o Papa João Paulo II e nosso Arcebispo com seus bispos auxiliares, com todos os bispos e o povo que conquistastes. Fazei de vossa Igreja sinal da unidade entre os homens e instrumentos da vossa paz.

Todos: Glória e louvor ao Pai, que em Cristo nos reconciliou.

Arcebispo:

Assim como aqui nos reunistes, ó Pai, à mesa do vosso Filho em união com a Virgem Maria, Mãe de Deus, e com todos os vossos santos, reuni no mundo novo, onde brilha a vossa paz, os homens de todas as classes e nações, de todas as raças e línguas, para ceia da comunhão eterna por Jesus Cristo, nosso Senhor.

Todos: Glória e louvor ao Pai, que em Cristo nos reconciliou.

Arcebispo:

Por Cristo, com Cristo, em Cristo, a Vós ó Pai todo poderoso, toda honra e toda glória, agora e para sempre, na unidade do Espírito Santo.

Todos: Amém.

Arcebispo:

Rezemos, com amor e confiança, a oração que o Senhor nos ensinou.

Todos: Pai nosso, que estais nos céus, santificado seja o vosso nome; venha a nós o vosso Reino, seja feita a vossa vontade, assim na terra como no céu; o pão nosso de cada dia nos dai hoje; perdoai-nos as nossas ofensas, assim como nós perdoamos a quem nos tem ofendido e não nos deixeis cair na tentação, mas livrai-nos do mal.

Arcebispo:

Livrai-nos de todos os males, ó Pai e dai-nos hoje a vossa paz. Ajudados pela vossa misericórdia, sejamos sempre livres do pecado e protegidos de todos os perigos, enquanto, vivendo a esperança, aguardamos a vinda do Cristo Salvador.

Todos: Vosso é o reino, o poder e a glória para sempre.

Arcebispo:

Senhor Jesus Cristo, dissestes aos Apóstolos: Eu vos deixo a paz, eu vos dou a minha paz. Não olheis os nossos pecados, mas a fé que anima vossa Igreja, dai-lhe, segundo o vosso desejo, a paz e a unidade. Vós, que sois Deus, com o Pai e o Espírito Santo.

Todos: Amém.

Arcebispo:

A paz do Senhor esteja sempre convosco.

Todos: O amor de Cristo nos uniu.
(Abraço da paz.)

Arcebispo:

Esta união do corpo e do sangue de Jesus, o Cristo e Senhor nosso, que vamos receber, nos sirva para a vida eterna.

Todos: Amém.

Todos: Cordeiro de Deus, que tirais o pecado do mundo, tende piedade de nós.

Cordeiro de Deus, que tirais o pecado do mundo, tende piedade de nós.

Cordeiro de Deus, que tirais o pecado do mundo, dai-me a paz.

Arcebispo:

Senhor Jesus Cristo, o vosso corpo e o vosso sangue, que vou receber, não se tomem causa

de juízo e condenação, mas por vossa bondade, sejam sustento e remédio para a vida eterna.

Felizes os convidados para a ceia do Senhor! Eis o Cordeiro de Deus que tira o pecado do mundo.

Senhor, eu não sou digno de que entreis em minha morada, mas dizei uma palavra e serei salvo.

13. CANTO DA COMUNHÃO

14. ORAÇÃO

Arcebispo:

Ó Deus, Vosso Filho nos deixou no sacramento do seu corpo o alimento dos que partem desta vida. Concedei por Ele aos nossos irmãos cheguem à mesa do Cristo na vida eterna. Por Nosso Senhor Jesus Cristo.

Todos: Amém.

Arcebispo:

O Senhor esteja convosco.

Todos: Ele está no meio de nós.

1º Leitor:

Vamos partir daqui levando uma mensagem de esperança e de paz. Dar sentido de vida a tudo que fazemos é nosso principal compromisso. É a melhor forma de recerenciarmos a memória de Marcos, Dirceu, Raduam, José Teixeira, Ivan, Amaury, Wellington, Jorge e Carlos Alberto, que deram suas vidas a serviço dos irmãos. E a morte deles é o momento feliz do encontro com Deus e posse definitiva da felicidade que Ele prometeu.

15. ORAÇÃO SOBRE O POVO — BÊNÇÃO FINAL

Arcebispo:

Abençoe-vos ó Deus de toda a consolação, que na bondade criou o homem e deu aos que creem que o seu Filho ressuscitou na esperança da ressureição.

Todos: Amém.

Arcebispo:

Que Ele conceda, aos que vivemos, o perdão dos pecados e a todos os que morreram a paz e a luz eterna.

Todos: Amém.

Arcebispo:

A bênção de Deus todo-poderoso, Pai, Filho e Espírito Santo desça sobre vós e permaneça para sempre.

Todos: Amém.

Arcebispo:

Vamos em paz e o Senhor nos acompanhe.

Todos: Amém.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL — MA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

No instante em que, no interior deste plenário e no recesso da Comissão de Sistematização, trava-se um amplo debate, de singular relevo para o futuro institucional de nossa terra, a propósito da elaboração constitucional, entendo, pela convicção que me assobberba, ser de minha estrita obrigação apresentar-me a esta tribuna para a definição de meu pensamento sobre o processo que estamos vivenciando.

De início, incumbe-me destacar, no bojo das controvérsias, as várias tendências que prevalecem neste cenário e que repercutem, ora ácidas, ora tranquilas, nas expectativas da opinião pública.

Embora tenha bem presente, na consciência, as soluções que poderemos alcançar, embasado numa análise integrada da realidade brasileira em todas as suas perspectivas, suscitada nos mais distantes anais de nossa História, não desejo adiantar-me na manifestação do sufrágio que me incumbe propor. Ainda não tendo chegado a hora das decisões irrevogáveis, reservo-me para esse instante supremo.

Por enquanto, atraí-me principalmente a análise preliminar do quadro de elaboração legislativa, antes de discutir as consequências inevitáveis que advirão de seu conteúdo.

Sobranceiro ante o menor resquício de pessimismo, ou de seu irmão siamês, o ceticismo, acompanho a opinião geral de meus colegas e do povo, ao concluir sobre a gravidade da situação econômica. Entretanto, considero ainda mais séria a natureza do momento político, visto que, malgrado a importância fundamental do fator econômico, é o fator político predominante no cenário em que mais sensivelmente repercute qualquer decisão.

Há de reconhecer-se que a ação política é moldada na escultura do fato, em que o cinzel é o empenho pessoal das vontades organizadas.

Ora, no caso específico do agrupamento constituinte, essas vontades estão coletivamente constituídas ou apenas individualizadas. Em qualquer das hipóteses, e ressalvadas as exceções, o envolvimento ideológico é a matriz das decisões culminantes, que se traduzem em múltiplas versões de sintomatologia.

Essas versões do ideário exasperante são identificáveis a uma visada elementar, pois abrangem desde os irracionais conflitos de terra, insuflados por toda a parte, até o repúdio extravagante da contribuição externa ao nosso desenvolvimento, seja em tecnologia ou em qualquer outra forma de investimento.

O que se nota é que os grupos sectários de esquerda, "disciplinados e atuantes", como bem lembrou o Ministro Leônidas Pires Gonçalves, procuram desfigurar o regime democrático brasileiro, dando-lhe uma feição que não é aquela com a qual se habituou o nosso povo.

E não diga que o Ministro exagerou. Ao seu encontro veio o próprio Presidente José Sarney, que expressou, em elogios pessoais ao ministro, o peso da solidariedade presidencial.

Não se pode esquecer que, quer queiram ou não os radicais da esquerda, os brasileiros são conservadores.

Não se trata, entretanto, do velho conservadorismo, bolorento e retrógrado, mas do conservadorismo moderno, avançado, próximo do modelo europeu. Esse tipo de comportamento conservador, embora se atenha com favor às tradições, admite e respeita a evolução dos costumes e os princípios de justiça social.

O Sr. Nelson Wedekin — Permite V. Exª um aparte?

O SR. EDISON LOBÃO — Ouço V. Exª, nobre Senador.

O Sr. Nelson Wedekin — Nobre Senador Edison Lobão, penso que o discurso de V. Ex.^a, por sinal muito bem articulado, reflete, evidentemente, o seu pensamento, mas não creio que esse seja o melhor modo de debatermos as questões da Constituinte. É preciso que se reconheça a existência das esquerdas no nosso País. Uma sociedade moderna, pluralista e se for democrática, deve conter as posições de esquerda que tem uma visão daquilo que seja o interesse nacional, eventualmente, ou quase sempre, divergente da sua visão. Quando V. Ex.^a, por exemplo, disse que os conflitos de terra são insuflados, é preciso lembrar que há uma realidade de concentração de terra no nosso País que exclui milhões de brasileiros de viver na terra, de trabalhar na terra, de tirar dessa terra o próprio sustento. Estamos aqui, às nossas vistas, com uma das consequências dessa concentração de terra. Aqui, na rampa do Congresso Nacional, estão instaladas algumas dezenas de famílias, certamente excluídas, e não por sua culpa. É perfeitamente normal que as esquerdas tenham uma visão diferenciada da sua. E não há nenhum insuflamento. O que está acontecendo neste momento de liberdade que o País está atravessando, quase sempre são atos de desespero daqueles que são literalmente expulsos da terra. Quanto à visão da presença das multinacionais em nosso País, são diferentes concepções da vida e da política que podem ser criticadas, como V. Ex.^a faz, mas eles também têm as suas razões, o seu modo, a sua visão da presença dessas multinacionais no nosso País. Acho que o Ministro Leônidas Pires Gonçalves tem todo direito de dar opinião a respeito de como as coisas estão aqui se desenrolando, mas não me parece que seja verdadeiro que as esquerdas dominem todas as discussões, todos os debates e sequer conseguem fazer prevalecer suas idéias. É preciso que todos nós nos convençamos, de vez por todas, que a esquerda existe e que ela tem todo direito de existir e marcar a sua presença, sobretudo neste momento da Constituinte. São diferentes concepções de mundo. A concepção de uma sociedade democrática e pluralista impõe a necessidade de se ver com respeito essa posição das esquerdas como um todo. E mais do que isso, não me parece razoável criticar que eles façam aquilo que têm o direito de fazer, que é tentar fazer valer os seus argumentos, tentar fazer prevalecer a sua concepção da vida nacional, da política nacional, a sua concepção de modernização das estruturas. Era isso o que queria dizer neste aparte a V. Ex.^a

O SR. EDISON LOBÃO — Ao tempo em que agradeço a V. Ex.^a o aparte, devo dizer que não é muito diferente o meu pensamento sobre essa matéria, do seu pensamento. A presença das esquerdas é perfeitamente admissível e até desejável. Eu até diria a V. Ex.^a, até por uma questão de utilitarismo quanto a essa matéria, que me regozijo com a presença das esquerdas porque elas atuam e servem, no meu caso, como balizamento da minha conduta, isto é, elas estão de um lado, eu estou do outro. O meu pensamento é inverso ao pensamento das esquerdas.

O Sr. Nelson Wedekin — V. Ex.^a não esqueça que pode ser também de balizamento para as esquerdas.

O SR. EDISON LOBÃO — Exatamente. É isso mesmo. E tenho a impressão de que não estou sozinho neste País quando penso assim. Tanto é que as esquerdas, do ponto de vista político, não passam de alguns minguados 4 ou 5%, o que significa que, se estou errado, posso até estar errado, comigo estão errados 95% da população brasileira.

O Sr. Nelson Wedekin — Se são tão minúsculas, nobre Senador, não há razão para tanta preocupação.

O SR. EDISON LOBÃO — A minha preocupação não é tão intensa. V. Ex.^a é que potencializa a minha preocupação. Até vou-lhe dizer que me regozijo com a presença das esquerdas. Por essas razões que apontei.

Agora, sobre o problema das invasões estimuladas, perdoe-me V. Ex.^a, mas só não vê quem não deseja ver.

O Sr. Nelson Wedekin — Só não vê a realidade dramática da terra em nosso País quem não quer ver.

O SR. EDISON LOBÃO — Muito bem! A realidade é dramática, está aí e precisa ser resolvida. Acho que todos nós estamos interessados que se encontre uma solução para isso. Por essa razão o INCRA que está aí com 112 milhões de hectares de terras para distribuir aos sem-terras não sabe o que fazer com elas. Ouvi, ontem, neste plenário, que as terras não são distribuídas aos sem-terra porque o Governo não dispõe de recursos. Ora, recentemente, na Subcomissão da Reforma Agrária, da qual tive a honra de ser o Presidente, convidado o Ministro da Reforma Agrária, o Sr. Dante de Oliveira, chegou e respondeu a uma pergunta dizendo que não têm faltado recursos ao Ministério, ao MIRAD, para promover essa distribuição de terra; tem faltado é competência. Ele admitiu e recebeu os nossos aplausos por isso. Terra existe, recursos existem. Então, o que falta? Talvez exista um interesse subjacente em promover essa agitação a que me refiro.

O Sr. Leopoldo Peres — Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. EDISON LOBÃO — Ouço o meu eminente colega do Amazonas, Senador Leopoldo Peres.

O Sr. Leopoldo Peres — Senador Edison Lobão, quero dar um testemunho de caráter histórico. Conheço-o desde que V. Ex.^a era jornalista, e um dos mais eminentes, junto à Câmara dos Deputados, e eu era Deputado Federal. E compreendo perfeitamente o seu posicionamento. Mas o testemunho que eu queria dar a esta Casa é que V. Ex.^a faz muito bem a distinção entre o conservador e o reacionário. V. Ex.^a é um conservador, nunca foi reacionário.

O SR. EDISON LOBÃO — Muito obrigado a V. Ex.^a, que traduziu com perfeição o meu pensamento. Sou um conservador moderno. Acho que este é o estilo do mundo atual. Temos no mundo inteiro exemplo dessa natureza, onde o socialismo, o comunismo imperou durante tanto tempo, já hoje eles se arrependem disso, e procuram uma nova orientação, um novo mecanismo, para a vida dos seus povos.

Tendo-se ajustado às necessidades do mundo atual, o conservadorismo — e este é o tema cen-

tral do meu pronunciamento — soube combinar a noção de liberdade, bem inalienável do ser humano, com o conceito de responsabilidade, sem a qual a convivência social se inviabiliza.

Os constituintes, na reestruturação institucional deste País, não podem desprezar o caráter conservador de nosso povo, que deverá traduzir-se na nova Carta Constitucional, sob pena de torná-la inadequada às necessidades e aspirações nacionais.

Se não têm respaldo da população, em nome de que princípios atuam os nossos curiosos Constituintes auto-entitulados "progressistas"? Em nome, visivelmente, de uma ideologia anódina que, intelectualmente, corresponde a um anacronismo primário. Consciente ou inconscientemente, move-lhes a inspiração marxista. Curiosamente, isso ocorre no mesmo momento em que a ideologia marxista — objeto de uma crítica inexorável da inteligência ocidental — começa a ter vários de seus aspectos políticos, administrativos e sociais contestados, na própria terra em que foi plenamente adotada.

Reconheço no marxismo a sua vigorosa contribuição intelectual para o século XIX, no campo da Sociologia Política, da Economia, da História, da Filosofia. A estratégia política marxista, entretanto, que seu genial autor não teve oportunidade de ver colocada em prática, fracassou fragorosamente no encontro com a realidade de nossos tempos, mostrando-se inepta para garantir às sociedades modernas as benesses que a sua aplicação pressupunha.

Agora, uma palavra ancilar a respeito do nacionalismo, no qual se enredam, embora navegando ao acaso, algumas personalidades eminentes de nosso meio.

O nacionalismo, um sentimento nobre, em princípio, normalmente está, entre nós, divorciado da universalidade fundamental, tornando-se simplesmente um filho bastardo do chauvinismo.

Reduzido a dogma da sobrevida e a agente propulsor da aculturação, esse tipo de nacionalismo mergulha no nilismo, reputado o subterrâneo da História. Para assinalar a insídia de sua marginalidade, basta o exemplo de um projeto ou emenda constitucional que, literalmente (art. 385, parágrafo único, item VII), prescreve: "o Estado velará pela preservação e o desenvolvimento do idioma oficial, bem como das línguas indígenas e dos distintos falares brasileiros."! Segundo esse fenômeno de zootecnia, legislativa, nós, e V. Ex.^a comigo, não seremos mais os integrantes da imensa comunhão nacional, caracterizada agora por diversos "falares", o que nos torna indivíduos irrevogavelmente estranhos às novas provas dialetais de invulnerável prosódia.

Uma palavra final acerca do capitalismo e de seu confronto seródio com o socialismo, nesta augusta Assembléia.

Remetamos a matéria ao ilustre Prof. Ludwig Erhard, um dos mais brilhantes do pós-guerra, primeiro como Ministro da Economia e, posteriormente, como Chanceler da República Federal da Alemanha. Tal como todo homem de gênio, o mestre germânico, além de sua especialidade, era um estadista de formação humanista, o que lhe proporcionava a visão da amplitude mundial. A história de sua ciência e os métodos de aplicá-la consignavam-lhe o fundamento de um cotejo perfeito entre as duas espécies de conhecimento:

para ele, capitalismo e socialismo constituem seus fundamentos numa dualidade uma e, a bem dizer, equivalente.

A princípio, o capitalismo era contemporâneo do *laissez-faire*, fase na qual o domínio da iniciativa privada era total. Quanto ao socialismo, em igual contexto, ocorria o oposto, exaltando-se o total controle das atividades privadas.

Por último, transformado desde as suas raízes, o sistema capitalista evidencia logo sua inevitável participação social. E em relação ao socialismo, impõe-se-lhe a liberdade de iniciativa, tal como na Suécia, na Inglaterra (com o Partido Trabalhista), na França e na Itália. Esse tipo de socialismo era e é uma remota estratificação da Segunda Internacional, adversária tradicional do marxismo.

Em resumo, as teses do marxismo, como as velho socialismo, são uma excrescência do Terceiro Mundo, onde ainda persistem no seu inominável irredentismo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente e Srs. Senadores. Muito obrigado. (Muito bem!)

Durante o discurso do Sr. Edison Lobão o Sr. Dirceu Carneiro, Terceiro-Secretário, deixa a cadeira da Presidência que é ocupada pelo Sr. Humberto Lucena, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Concedo a palavra ao nobre Senador Raimundo Lira.

O SR. RAIMUNDO LIRA (PMDB — PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, nobres Srs. Senadores:

O assunto que irei abordar agora considero da maior importância; é o problema da nossa dívida externa.

Em todos os projetos que são abordados neste País um bilhão, dois bilhões de dólares são suficientes para resolver problemas setoriais da maior importância. Um bilhão de dólares é necessário para o recapeamento de 20 mil quilômetros de estrada; 2 bilhões e 400 milhões de dólares são suficientes para a construção da Estrada de Ferro Norte-Sul; 2 bilhões de dólares são suficientes para construir a Usina de Xingó. Mas o problema de nossa dívida é que, se for paga com juros e o principal na forma que os bancos internacionais exigem, é necessário que saiam de dentro da sociedade brasileira, de dentro deste País, aproximadamente treze bilhões de dólares.

Portanto, sem nenhuma margem de erro, seja econômico ou político, podemos afirmar, com toda a certeza e convicção, tanto no aspecto técnico como no político, que é a dívida externa o problema da maior magnitude que o Brasil atravessa neste momento histórico.

Há poucos dias, aconteceu um fato que entristeceu a todos os brasileiros que amam e querem o bem deste País. O nosso Ministro Luiz Carlos Bresser Pereira foi aos Estados Unidos para, de uma forma preliminar, apresentar os primeiros pontos de uma proposta para negociação da dívida externa.

Ao conversar com o Secretário do Tesouro, James Baker III, colocou que o Brasil, no momento, não poderia, de forma alguma, suportar os encargos do pagamento da dívida externa nos padrões tradicionais e ortodoxos em que vinha fazendo até então.

Ao sair do gabinete, após uma conversa informal, agradável e até muito educada, o Ministro comunicou à imprensa seus pontos de vista, credenciado que fora pelo próprio James Baker. Mas qual foi a sua surpresa, quando no dia seguinte tomou conhecimento de uma nota oficial daquele Ministro, daquele Secretário de Estado, e toda a imprensa americana divulgou, de que o James Baker não concordava com nenhum dos pontos de vista do nosso Ministro. Toda a imprensa americana, inclusive os editoriais, fecharam de uma forma cristalina uniformemente e ao lado dos interesses americanos. Mas a surpresa maior, também, foi a imprensa do nosso País, que, em vez de tomar o lado da posição brasileira na defesa dos interesses nacionais, a imprensa brasileira, com a sua grande força, com a sua grande independência, também embarcou nos mesmos argumentos da imprensa norte-americana, defendendo os interesses do sistema financeiro internacional, esvaziando a proposta inicial do nosso Ministro Bresser Pereira, um homem que considero da maior competência, um homem sério e um homem até idealista, coisa rara nos dias de hoje.

Neste momento, venho aqui neste Plenário, no lugar onde encontramos homens da maior competência e da maior seriedade, para que possamos, políticos, trabalhadores e empresários, neste instante em que o nosso Ministro vai novamente para os Estados Unidos, levando novas propostas, mas dentro daquele princípio da sua proposta inicial, sempre batendo na tecla de que a sociedade brasileira não abre mão do seu crescimento econômico, porque são mais de um milhão e 500 mil brasileiros que ingressam anualmente no mercado de trabalho e sem considerar, também, que estamos num período de desaquecimento e de que mais alguns milhões de trabalhadores brasileiros estão desempregados ou subempregados.

O Sr. Mauro Benevides — V. Ex^a permite um aparte, nobre Senador Raimundo Lira?

O SR. RAIMUNDO LIRA — Com todo prazer, nobre Senador Mauro Benevides.

O Sr. Mauro Benevides — Nobre Senador Raimundo Lira, antes de mais nada, gostaria de ressaltar a rara oportunidade quando V. Ex^a utiliza a tribuna, no momento em que o Ministro Luiz Carlos Bresser Pereira e assessores seus se deslocam para os Estados Unidos, a fim de retomarem a negociação em torno da nossa dívida externa. Diria a V. Ex^a que a semana passada foi assinalada por sucessivos pronunciamentos que objetivavam oferecer ao Ministro um lastro de apoio das forças políticas, das lideranças empresariais, enfim, tudo quanto pudesse representar novas propostas em relação à dívida externa do País. Eu mesmo, em sessão da última quinta-feira do Congresso Nacional, quando ocupei a tribuna, reportei-me, inclusive, a uma manifestação aprovada pelo nosso Partido, através do seu Diretório Regional reunido em convenção, em São Paulo. O PMDB daquele grande Estado da Federação aprovou uma moção de solidariedade ao trabalho realizado pelo Ministro, objetivando, sobretudo, resguardar a soberania e os interesses nacionais no processo de renegociação da nossa dívida. Portanto, no momento em que V. Ex^a, com aquela oportunidade que fiz questão de realçar, oportunidade rara, por-

que coincide com o deslocamento do Ministro, focaliza esse mesmo tema, sinto-me no dever de reiterar esta solidariedade e, sobretudo, expressar a confiança em que segmentos da sociedade brasileira transmitam, de maneira pública, o seu apoio ao titular das finanças para que S. Ex^a, chegando aos Estados Unidos, possa enfrentar de viseira erguida, os nossos credores e com eles chegar a uma fase de negociação em que se resguarde, sobretudo, o interesse do nosso País.

O SR. RAIMUNDO LIRA — Obrigado a V. Ex^a, nobre Senador.

Na segunda-feira passada, o Sr. Ministro Bresser Pereira esteve reunido aqui no Senado com a Comissão da Dívida Externa, da qual sou um dos seus Membros, e o meu companheiro, o meu Líder, Senador Fernando Henrique Cardoso, é o Relator dessa Comissão. Naquele momento, o Ministro deu alguns detalhes básicos dos pontos que S. Ex^a levará para os Estados Unidos, para conversar com os banqueiros e com as autoridades governamentais dos Estados Unidos. E o nosso Líder, Senador Fernando Henrique Cardoso, reafirmou o apoio maciço, o apoio fechado, o apoio consciente e inteligente e, sobretudo o apoio patriótico da Bancada do PMDB às posições mais avançadas, às posições mais coerentes, às posições mais vantajosas para a sociedade brasileira.

Temos a certeza de que a competência do nosso Ministro, o seu espírito, o seu idealismo, o seu patriotismo, serão uma garantia de que os entendimentos serão vitoriosos, sem dúvida, mesmo demorados, porque precisamos ter esta calma, esta paciência; porque, quando se quer algum avanço em benefício da sociedade brasileira, em benefício do nosso País, é necessário também que este apoio não seja um apoio momentâneo e um apoio emocional, mas seja sobretudo um apoio duradouro, um apoio consciente, um apoio inteligente e que possa esperar algum tempo, enquanto as negociações chegam a um bom termo, para beneficiar o nosso País.

O Sr. Fernando Henrique Cardoso — V. Ex^a permite um aparte, nobre Senador Raimundo Lira?

O SR. RAIMUNDO LIRA — Concedo um aparte ao nosso Líder Fernando Henrique Cardoso.

O Sr. Fernando Henrique Cardoso — Nobre Senador Raimundo Lira, em primeiro lugar, desejo recordar que V. Ex^a, neste instante, fala por delegação da Liderança. A palavra de V. Ex^a é a expressão do PMDB, nesta Casa.

O SR. RAIMUNDO LIRA — Muito obrigado meu Líder, Senador Fernando Henrique Cardoso.

O Sr. Fernando Henrique Cardoso — Em segundo lugar, queria reafirmar o que já foi dito aqui por V. Ex^a e também pelo Senador Mauro Benevides, no sentido de que é um momento decisivo da negociação brasileira lá fora. Neste instante, é importante que as forças políticas e sociais entendam o processo e deem ao Ministro não a solidariedade político-partidária, mas a solidariedade patriótica que é necessária. Lembrou V. Ex^a que a imprensa norte-americana, na sua totalidade, apoiou a posição do Ministro Baker, que não coincide com os interesses da negociação brasileira e que a nossa imprensa não teve

uma atitude semelhante. V. Ex^a ouviu as declarações do Ministro Bresser Pereira na Comissão de Dívida Externa e o Ministro, nessas declarações, mostrou que recebeu um apoio inequívoco da liderança empresarial brasileira. Citou que nas discussões havidas a questão relativa a uma negociação rápida de acordo com os moldes tradicional ou uma discussão mais lenta, mais madura, que viesse a trazer inovações na forma pela qual o Brasil vai enfrentar seus credores, teve como resultado a sustentação por parte das lideranças empresariais para uma negociação nos moldes que V. Ex^a vem mencionando aqui, que seja uma negociação que pense primeiro no Brasil e depois no tempo. A pressa não é nossa. Nosso objetivo não é chegar a uma negociação rápida, nosso objetivo é concluirmos uma negociação favorável aos interesses brasileiros. É com esse entendimento que mais uma vez o Ministro Bresser Pereira e sua equipe de assessores parte para os Estados Unidos. Acho que é muito oportuno o discurso de V. Ex^a e até gostaria de, por intermédio desta tribuna do Senado, conchamar as outras forças, não só políticas, mas sociais, inclusive os sindicatos, a que também juntassem sua voz, porque não se trata de uma negociação que apenas interesse àqueles que estão endividados, às empresas endividadas e ao País endividado. Interessa a toda a população brasileira, porque, em última análise, quem paga é o povo. De modo que, acredito que a reiteração desse apoio que vem sendo dado, aqui no plenário do Senado Federal por V. Ex^a, é mais que oportuno. Tenho certeza de que as outras Lideranças, se estivessem aqui presentes, porque já o fizeram na Comissão da Dívida Externa, também expressariam o mesmo apoio. É um momento este, sim, de união; união em torno do País. Felicito V. Ex^a pelo seu pronunciamento.

O SR. RAIMUNDO LIRA — Muito obrigado, Senador Fernando Henrique Cardoso, meu Líder.

Para citar alguns exemplos da importância, do peso do pagamento da nossa dívida em padrões ortodoxos ou tradicionais, basta citar que, se o Brasil pagar os juros e o principal, anualmente, o que chega a uma soma de aproximadamente 13 bilhões de dólares, isso significa dizer que o nosso País perde a capacidade de fazer novos investimentos da ordem de 25 a 30% da capacidade que ele teria que investir e não investindo teremos, a curto prazo, o sucateamento do nosso parque industrial, do nosso setor produtivo, em consequência as nossas exportações terão, irremediavelmente, que cair e também o seu nível de emprego. Portanto, é um problema de extrema importância que o Ministro da Fazenda Luiz Carlos Bresser Pereira, com o apoio maciço da sociedade brasileira, seja bem sucedido na sua negociação para conseguir melhores condições de pagamento, melhores prazos para o problema da nossa dívida externa.

O Sr. Itamar Franco — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. RAIMUNDO LIRA — Ouço o aparte do nobre Senador Itamar Franco, Líder do PL.

O Sr. Itamar Franco — Senador Raimundo Lira, ontem tive oportunidade de fazer uma abordagem sobre o problema da dívida externa, não com o mesmo brilhantismo de V. Ex^a, mas reafirmei aqui uma posição que não era minha, era

do então PMDB, da necessidade de uma auditoria. Desejamos êxito a S. Ex^a o Ministro da Fazenda na sua tentativa de reingressar — a expressão não é nossa é de S. Ex^a — na comunidade financeira internacional. Mas quando S. Ex^a conclama o apoio da sociedade aí, vai a nossa discordância profunda, nem nós Congressistas, nem a sociedade brasileira, tem perfeito conhecimento da dívida externa brasileira, como ela se processou e a partir do Decreto-Lei nº 1.312, de 1974, quando se permitiu ao Departamento de Portos e Rios Navegáveis de então, para que ele, com o aval do Tesouro Nacional, fosse buscar recursos no estrangeiro e, posteriormente, esse decreto, alterado, permitindo que esse aval fosse dado à vontade, o endividamento externo brasileiro se processou sem qualquer controle, como ainda é hoje no Congresso Nacional, e da própria sociedade brasileira. Portanto, eu queria apenas reafirmar aqui o meu ponto de vista: continuo defendendo uma auditoria na dívida externa. Que S. Ex^a consiga fazer a reintegração à comunidade financeira internacional, mas sem o sangramento da nossa economia, para que não — como eu lembrava ontem, aqui, no Senado da República — ocorra aquilo que aconteceu a partir de 1982, quando 5% do nosso Produto Interno Bruto passou a ser deslocado para o exterior apenas para pagar os juros, ou serviços da dívida. Portanto, é esse o nosso pensamento, que expressei de pronto a S. Ex^a o Sr. Ministro na Comissão da Dívida Externa, já que sou apenas um suplente. Queria reafirmar isso, de público, aqui no plenário, no pronunciamento tão importante de V. Ex^a.

O SR. RAIMUNDO LIRA — Muito obrigado, nobre Senador Itamar Franco. As suas colocações são pertinentes e a Comissão Especial da Dívida Externa, uma Comissão do Senado suprapartidária está realmente procurando fazer esse levantamento da dívida externa brasileira.

É preciso V. Ex^a levar em consideração que o Brasil deve a 754 bancos privados e são aproximadamente cem mil contratos. Então, não podemos de maneira nenhuma esperar que a auditoria dessa dívida, feita ao longo de vários anos, seja concluída, para em seguida, se conseguir negociação favorável.

O Sr. Itamar Franco — V. Ex^a me desculpe, mas essa auditoria não está sendo pedida em 1987. Ela já tem sido solicitada, e era o PMDB que solicitava, já muito tempo. Veja V. Ex^a que, em 1972, recordava eu também ao Senado da República, que todos os acordos internacionais deveriam ter sido submetidos ao Congresso Nacional. E não se diga que esta Comissão, e nós a aplaudimos até, tenha que examinar 130 mil processos; é haveria uma fórmula muito mais simples de ser examinado o problema do endividamento externo, através da auditoria. Portanto, não é auditoria de 1987, essa auditoria, meu nobre Senador, ela tem sido pedida, há muitos e muitos anos aqui pelo nosso PMDB; não é de agora em 1987. Não é agora que o Ministro Bresser vai tentar, como ele diz, reintegrar o Brasil na comunidade financeira internacional. E volto a dizer, oxalá — apesar de nosso ceticismo — S. Ex^a tenha êxito, mas que não permita — e creio também seja o pensamento de V. Ex^a — nenhum sangramento no processo de desenvolvimento brasileiro para pagar os juros e o principal.

O SR. RAIMUNDO LIRA — Muito obrigado, nobre Senador Itamar Franco. Acredito que a posição do nosso Ministro Bresser Pereira confere com a de V. Ex^a porque ele, com o conhecimento pleno que tem do problema, ele tem a convicção, tem a certeza, de que, dentro dos padrões tradicionais, dos padrões usuais no mercado financeiro internacional, o Brasil não tem a menor condição de pagar a sua dívida externa. E não está aqui no momento em questão, se alguns desses contratos foram feitos de uma forma correta ou de uma forma incorreta. O que nós estamos querendo agora, e o de que o Brasil precisa, é fortalecer a posição política e moral do seu negociador, para que essa posição fortalecida traga benefícios, traga maior tranquilidade, a médio e a longo prazos para o Brasil. O Brasil não suporta mais negociar sua dívida por um período de seis meses ou um ano. Ele tem que dar à sociedade brasileira, aos trabalhadores e aos empresários e a toda sociedade de um modo geral a tranquilidade de que nós podemos, por um tempo relativamente longo, trabalhar, produzir sem pensar de uma forma cotidiana neste angustiante problema.

Tomei conhecimento ainda hoje de que a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, a Fiesp, manifestando o pensamento do universo da classe empresarial brasileira, hipotecou, hoje, através de um documento de solidariedade incondicional ao Ministro Bresser Pereira. Quero também dar um depoimento de que, na quarta-feira da semana passada, conduzi até o Gabinete do Ministro dezesseis Presidentes de Associações de classe, esses, representando a Abreve. Todos, eles representando Associações de Marcas, são concessionários neste País de automóveis, de caminhões e de tratores, todos empresários nacionais, todas as associações nacionais, e que representavam, naquele momento, um total de 4.159 empresas associadas, e que empregam num total de 287 mil trabalhadores de uma forma direta, e que representam o segundo setor econômico brasileiro no que se refere à arrecadação de impostos. Então, nós estamos sentindo que, nos últimos dias, está havendo um amadurecimento, uma tendência favorável para se dar esse apoio ao nosso negociador, porque sem dúvida estaremos dando apoio não só ao nosso Ministro, mas estamos dando um apoio político ao representante do Brasil nesse grande problema que é o problema da dívida externa. Muito obrigado, Srs. Senadores, muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Esgotado o tempo destinado ao Expediente. Estão presentes 62 Srs. Senadores. Passa-se à

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Item 1:

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 154, de 1987, que autoriza a Prefeitura Municipal de Coromandel, Estado de Minas Gerais, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 56.390,98 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em Plenário.

A discussão da matéria foi encerrada na sessão extraordinária anterior.

Em votação o projeto, em turno único.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Sobre a mesa, redação final da matéria, elaborada pelo Relator, Senador Itamar Franco, que será lida pelo Sr. Primeiro-Secretário.

É lido o seguinte

PARECER

Redação final do Projeto de Resolução nº 154, de 1987.

O Relator apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 154, de 1987, que autoriza a Prefeitura Municipal de Coromandel (MG) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 56.390,98 OTN.

Sala das Sessões, 23 de setembro de 1987.
— **Itamar Franco**, Relator.

ANEXO AO PARECER

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do artigo 42, inciso VI, da Constituição, e eu, _____, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº _____, DE 1987

Autoriza a Prefeitura Municipal de Coromandel, Estado de Minas Gerais, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 56.390,98 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Coromandel, Estado de Minas Gerais, nos termos do artigo 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, alterada pela Resolução nº 140, de 5 de dezembro de 1985, ambas do Senado Federal, autorizada a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 56.390,98 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, junto à Caixa Econômica Federal, esta na qualidade de gestora do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinada à canalização de córrego, no Município.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Em discussão a redação final. (Pausa.)
Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, a matéria é dada como definitivamente adotada, dispensada a votação, nos termos regimentais.

O projeto vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Item 2:

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 155, de 1987, que autoriza a Prefeitura Municipal de São João Evangelista, Estado de Minas Gerais, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 43.642,63 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em Plenário.

A discussão da matéria foi encerrada na sessão extraordinária anterior.

Em votação o projeto, em turno único.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Sobre a mesa, redação final da matéria, elaborada pelo Relator, Senador Itamar Franco, que será lida pelo Sr. Primeiro-Secretário.

É lido o seguinte

PARECER

Redação final do Projeto de Resolução nº 155, de 1987.

O Relator apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 155, de 1987, que autoriza a Prefeitura Municipal de São João Evangelista (MG) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 43.642,63 OTN.

Sala das Sessões, 23 de setembro de 1987.
— **Itamar Franco**, Relator.

ANEXO AO PARECER

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do artigo 42, inciso VI, da Constituição, e eu, _____, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº _____, DE 1987

Autoriza a Prefeitura Municipal de São João Evangelista, Estado de Minas Gerais, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 43.642,63 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de São João Evangelista, Estado de Minas Gerais, nos termos do artigo 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, alterada pela Resolução nº 140, de 5 de dezembro de 1985, ambas do Senado Federal, autorizada a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 43.642,63 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, junto à Caixa Econômica Federal, esta na qualidade de gestora do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinada à implantação de galerias tubulares e celulares, sarjetas, meios-fios e calçamento, no Município.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, a matéria é dada como definitivamente adotada, dispensada a votação, nos termos regimentais.

O projeto vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Item 3:

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 156, de 1987, que autoriza a Prefeitura Municipal de Serra do Salitre, Estado de Minas Gerais, a contratar operação de

crédito no valor correspondente, em cruzados, a 32.007,13 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em plenário.

A discussão da matéria foi encerrada na sessão extraordinária anterior.

Em votação o projeto, em turno único.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Sobre a mesa, redação final da matéria, elaborada pelo Relator, Senador Itamar Franco, que será lida pelo Sr. Primeiro-Secretário.

É lido o seguinte

PARECER

Redação final do Projeto de Resolução nº 156, de 1987.

O Relator apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 156, de 1987, que autoriza a Prefeitura Municipal de Serra do Salitre (MG) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 32.007,13 OTN.

Sala das Sessões, 23 de _____ de 1987.
— **Itamar Franco**, Relator.

ANEXO AO PARECER

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do artigo 42, inciso VI, da Constituição, e eu, _____, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº _____, DE 1987

Autoriza a Prefeitura Municipal de Serra do Salitre, Estado de Minas Gerais, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 32.007,13 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Serra do Salitre, Estado de Minas Gerais, nos termos do artigo 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, alterada pela Resolução nº 140, de 5 de dezembro de 1985, ambas do Senado Federal, autorizada a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 32.007,13 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, junto à Caixa Econômica Federal, esta na qualidade de gestora do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinada à ampliação da rede de esgoto sanitário e implantação de sistema de abastecimento de água, no Município.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, a matéria é dada como definitivamente adotada, dispensada a votação, nos termos regimentais.

O projeto vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Item 4:

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 157, de 1987, que autoriza a Prefeitura Municipal de Teresina, Estado do Piauí, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 40.777,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Tendo se verificado a existência de erro gráfico na impressão da Ordem do Dia no que diz respeito ao presente item da pauta, a presidência esclarece ao Plenário que o valor correto do crédito a ser concedido à Prefeitura Municipal de Teresina (PI) é de 407.777,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.

A discussão da matéria foi encerrada na sessão extraordinária anterior.

Em votação o projeto, em turno único.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.) Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Sobre a mesa, a redação final da matéria, elaborada pelo Relator, Senador Nelson Wedekin, que será lida pelo Sr. Primeiro-Secretário.

É lido o seguinte

PARECER

Redação final do Projeto de Resolução nº 157 de 1987.

O Relator apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 157, de 1987, que autoriza a Prefeitura Municipal de Teresina (PI) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 407.777,00 OTN.

Sala das Sessões, 23 de setembro de 1987.
— **Nelson Wedekin**, Relator.

ANEXO AO PARECER

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do artigo 42, inciso VI, da Constituição, e eu, _____, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº _____, DE 1987

Autoriza a Prefeitura Municipal de Teresina, Estado do Piauí, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 407.777,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Teresina, Estado do Piauí, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, alterada pela Resolução nº 140, de 5 de dezembro de 1985, ambas do Senado Federal, autorizada a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 407.777,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, junto à Caixa Econômica Federal, esta na qualidade de gestora do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinada à implantação e reforma de unidades escolares, no Município.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, a matéria é dada como definitivamente adotada, dispensada a votação, nos termos regimentais.

O projeto vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Item 5:

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 158, de 1987, que autoriza a Prefeitura Municipal de Imperatriz, Estado do Maranhão, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 209.863,31 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em Plenário.

A discussão da matéria foi encerrada na sessão extraordinária anterior.

Em votação o projeto, em turno único.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.) Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Sobre a mesa, redação final da matéria, elaborada pelo Relator, Senador Edison Lobão, que será lida pelo Sr. Primeiro-Secretário.

É lido o seguinte

PARECER

Redação final do Projeto de Resolução nº 158, de 1987.

O Relator apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 158, de 1987, que autoriza a Prefeitura Municipal de Imperatriz (MA) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 209.863,31 OTN.

Sala das Sessões, 29 de setembro de 1987.
— **Edison Lobão**, Relator.

ANEXO AO PARECER

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do artigo 42, inciso VI, da Constituição, e eu, _____, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº _____, DE 1987

Autoriza a Prefeitura Municipal de Imperatriz, do Estado do Maranhão, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 209.863,31 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Imperatriz, Estado do Maranhão, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, alterada pela Resolução nº 140, de 5 de dezembro de 1985, ambas do Senado Federal, autorizada a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 209.863,31 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, junto ao Banco de Desenvolvimento do Estado do Maranhão S/A, este na qualidade de agente financeiro da operação, destinada a financiar o Plano de Desenvolvimento Físico e Institucional, o Sistema Viário

de Transporte Coletivo e o Sistema de Drenagem Pluvial, no Município.

Art. 1º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, a matéria é dada como definitivamente adotada, dispensada a votação, nos termos regimentais.

O projeto vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Item 6:

Discussão, em turno único, do parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 116, de 1987 (nº 180/87, na origem), de 6 de julho de 1987, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Luiz Augusto Pereira Souto Maior, Ministro de Primeira Classe, da carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Suécia.

7

Discussão, em turno único, do parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 123, (nº 205/87, na origem), de 24 de julho do corrente ano, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Marcos Henrique Camillo Côrtes, Embaixador do Brasil junto à comunidade da Austrália, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República de Vanuatu.

8

Discussão, em turno único, do parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 137, de 1987 (nº 232/87, na origem), de 6 de agosto de 1987, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Ernesto Alberto Ferreira de Carvalho, Ministro de Primeira Classe, da carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República Democrática Alemã.

9

Discussão, em turno único, do parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 138, de 1987 (nº 233/87, na origem), de 6 de agosto de 1987, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Edmundo Radwanski, Ministro de Segunda Classe, da carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à Jamaica.

10

Discussão, em turno único, do parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 140, de 1987 (nº 236/87, na origem), de 12 de agosto do corrente ano, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor José Jerônimo Moscardo de Souza, Ministro de Primeira Classe, da carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República da Costa Rica.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — As matérias constantes dos itens 6 a 10 da Ordem do Dia da presente sessão, nos termos da alínea "h" do art. 402 do Regimento Interno, deverão ser apreciadas em sessão secreta.

Solicito aos Srs. funcionários as providências necessárias a fim de que seja respeitado o dispositivo regimental.

(A sessão torna-se secreta às 11 horas e 47 minutos e volta a ser pública às 12 horas e 2 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Está reaberta a sessão.

Não tendo havido **quorum** para aprovação das autoridades, os itens da Ordem do Dia que não foram votados ficam adiados.

Ainda há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador João Menezes, que falará como Líder do PFL.

O SR. JOÃO MENEZES (PFL — PA. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Quero, nesta oportunidade, confessar, como brasileiro e como constituinte, a minha profunda preocupação com o que está ocorrendo neste País. Ontem, durante a sessão da tarde, verificamos a luta mais acirrada entre os representantes do Partido do Movimento Democrático Brasileiro relativamente à discussão do projeto apresentado pelo Relator na Comissão de Sistematização.

Tentou-se fazer uma pequena defesa e, por outro lado, choveram os defeitos, as irregularidades e as dificuldades mais prementes apresentadas e encontradas pelos próprios representantes do PMDB no projeto. Quero dizer que, de minha parte, reputo o projeto deficiente e que, de forma alguma, atende aos interesses não só dos Srs. Constituintes, como também de 140 milhões de brasileiros.

Foi um projeto em que, durante todo esse tempo, relatores, grupos de deputados, grupos de senadores, cada um procurou ser a sua vedete e cada um procurou dar uma solução, sem concordância de espécie alguma, criando a cada minuto, a cada passo, uma condição de incerteza que vai preocupando a todos os brasileiros.

Os jornais diários, a televisão, e o rádio colocam a nu e, de espalho em punho, têm demonstrado as falhas, as dificuldades, as incompreensões e, sobretudo, a luta de grupos ou de pessoas na repartição da Constituição que se quer fazer, tendo por base interesses pessoais ou grupais.

Não podemos continuar nesse diapasão, sob pena de criarmos uma situação que importará na desmoralização do Congresso Nacional e, especialmente, da Assembleia Nacional Constituinte.

Se consultarmos o povo hoje, esse povo que pensou que a Assembleia Nacional Constituinte iria resolver todas as situações, desde as mais simples até as mais complexas, está perplexo. Está vendo que, na Constituição, o que se procura encontrar são normas e caminhos para que grupos determinados possam usufruir com mais facilidade o poder.

Já disse, nesta Casa, que, certa vez, encontrei-me numa situação dessas, para resolver o sistema de governo, no tempo do meu eminente amigo e Presidente João Goulart, quando se implantou o regime parlamentarista para resolver

uma situação difícil em que atravessava o País. E agora? Não existe situação difícil para o País em matéria de ordem, em matéria de disciplina e em matéria geral. O que existe é uma desordem de interesses, é uma desordem em que cada um quer procurar um ponto determinado para facilmente chegar ao poder.

Esse projeto que está em discussão vai fazer chegar, num gargalo muito difícil, problemas dos mais complexos, como, por exemplo, o problema da reforma agrária. O problema da reforma agrária, como veio nesse último projeto, vai causar as maiores discussões e nós não poderemos saber a que rumo vamos chegar. Nós temos o problema da greve que aí está, dentro do projeto. Que solução temos? O que nos foi apresentado durante todo esse período de discussões? Nós temos o problema da discussão da empresa nacional, nós temos o problema da estabilidade, nós temos o problema do sistema de Governo, temos o problema do Poder Judiciário e todos os outros que, durante este período, foram discutidos e cada um defendendo o seu grupo, querendo fazer a sua constituição, querendo dar a sua solução caseira.

A Câmara dos Deputados assumiu quase que toda a responsabilidade, porque tomaram conta da discussão da Constituinte, e o Senado tem deixado correr essa matéria sem um posicionamento efetivo nestes graves problemas que nos afligem.

Quero dizer que acredito que chegou o momento e a hora - falo em meu nome pessoal pois increvi-me em meu nome pessoal — que é indispensável, que é preciso que o Senado, com o seu poder de equilíbrio, passe a tomar uma posição efetiva na discussão da Constituinte.

Faço um apelo a todas as Lideranças dos Partidos, com quem já conversei, desde o Senador Fernando Henrique Cardoso, com o meu Líder, com o Líder Jarbas Passarinho, com o Líder Itamar Franco e outros, para que S. Ex.^a se reúnam e procurem imediatamente as suas Bancadas para que, em comum, deem a sua opinião e possam trazer um trabalho, nesta hora crucial, que venha representar um equilíbrio na discussão do projeto Constitucional.

Precisamos acabar com as vedetes, precisamos acabar com as reuniões clandestinas, precisamos acabar com lideranças que se querem fazer e que não existem, porque precisamos dar uma satisfação ao povo brasileiro, à Nação, porque de nós está dependendo o dia de amanhã, de nós está dependendo o que vai acontecer neste País e poderemos ser o grande fiel da balança.

O Sr. Nelson Carneiro — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. JOÃO MENEZES — Pois não! Ouço, com muita honra, o aparte de V. Ex.^a

O Sr. Nelson Carneiro — É para fazer justiça aos Senadores que se têm debruçado sobre o problema e que, inclusive, têm apresentado projetos nesse sentido. Eu vou citar alguns: o Senador Carlos Chiarelli, Líder da Bancada do PFL, apresentou um longo e detalhado projeto, principalmente sobre o sistema de Governo, além do Senador José Fogaça, do Senador Afonso Arinos e até o meu modesto trabalho. E essas reuniões que V. Ex.^a chama de clandestinas não são clandestinas, são reuniões daqueles que V. Ex.^a deseja

que se reúnam para discutir os problemas, evidentemente que não se pode fazer uma reunião com 72 Senadores para discutir, mas pode-se fazer reuniões de grupos que estudem, parcialmente, cada uma dessas proposições e, depois, ofereçam a quem? Ofereçam à Comissão de Sistematização, não como uma conclusão, mas como uma proposta. Ora, evidentemente que nessas reuniões de que tem participado, ativamente, o nobre Líder Fernando Henrique Cardoso, para falar só dos Senadores, nós temos procurado trazer uma contribuição, não como uma deliberação do Senado, mas como uma contribuição para um estudo daqueles que, Deputados e Senadores, fazem parte da Comissão de Sistematização e depois, para todos que irão integrar o Plenário da Constituinte. Os Senadores têm estado atentos. O Senador Guilherme Palmeira já participou dessas reuniões, numa das que estive presente. O Senador José Richa tem tido uma participação constante neste assunto. Portanto, acho que V. Ex.^a, ao falar sobre a ausência do Senado, V. Ex.^a fala da ausência do Senador como corporação. Também a Câmara nunca se reuniu coletivamente para traçar um projeto, mas seus Deputados se reúnem para discutir projetos. Também os Senadores se reúnem. Posso informar a V. Ex.^a que hoje, às dezessete horas, o Líder Fernando Henrique Cardoso convocou a Bancada toda do PMDB, para discutir o Projeto Bernardo Cabral. Sei que esta tentativa do Deputado Bernardo Cabral já esteve com a Bancada, ou ao menos com a Direção do PFL. De modo que não há essa clandestinidade e também o Senado não tem ficado alheio. Nós temos colaborado, procurado contribuir, na medida das nossas possibilidades, mas não como uma decisão do Senado, uma decisão conjunta de Deputados e Senadores que representem o pensamento da Constituinte. Evidentemente, que pode ser aceito o Projeto Chiarelli, pode ser aceito o Projeto Fogaça, mas estes são projetos que resultam não do pensamento isolado do Senador Carlos Chiarelli e nem do pensamento isolado do Senador José Fogaça; é do pensamento que se vai cristalizando com a soma de opiniões, das concordâncias e das divergências. Este era o depoimento que queria dar a V. Ex.^a

O SR. JOÃO MENEZES — Muito grato pelo depoimento e pela opinião abalizada de V. Ex.^a, que vem justamente corroborar tudo aquilo que eu disse. O que está existindo é isto: cinco, seis, oito, dez, vinte proposições. Não pode, porque senão nós não chegamos a um bom termo. E de que se queixam as bancadas, a Bancada de V. Ex.^a, a minha bancada, a bancada dos outros partidos? Do que é que se queixam? É de que não participam.

Então, esse trabalho das Lideranças tem que ser um trabalho conjugado com as bancadas, e o Senado, como tem um número menor, tem a condição de fazer isso.

As Lideranças dos partidos podem se reunir e chamar as suas bancadas, conversar imediatamente para colher um termo, um meio termo de opinião, um ponto de opinião para discussão, porque senão vai continuar a ocorrer o que está acontecendo.

O Sr. Nelson Carneiro — O PFL não fez isso! O PMDB é que faz várias reuniões.

O SR. JOÃO MENEZES — O PMDB é o campeão da desordem. Em termos de projeto para sistema de governo tem cinco, seis, não sei quantos, fora o parlamentarismo: Prazo de governo: O PMDB quer uma proposta com quatro anos, outra cinco anos, outra quer seis anos para Presidente da República. Como é que nós vamos viver dentro de uma desordem desta?

É apenas para isto que quero chamar a atenção. Não estou fazendo nada demais: O fato público e notório está na rua, está todos os dias nos jornais, esta que é a realidade. A falta de sensibilidade política e a desordem imperam.

O Sr. Nelson Carneiro — V. Ex.^a conhece a Emenda Leite Chaves?

O SR. JOÃO MENEZES — Há várias emendas.

Então, o de que se está precisando é do bom senso. O Senado, que sempre foi um órgão mediador, um órgão de bom senso, tem que participar ativamente.

O Sr. Nelson Carneiro — Mas está participando.

O SR. JOÃO MENEZES — A Comissão de Sistematização está se reunindo há trinta dias. Ocorreu o quê? Nesses noventa dias o que ocorreu, repito, na Comissão de Sistematização? As coisas mais esdrúxulas, mais absurdas que não tinham qualquer relação com a Constituinte, qualquer relação com o Projeto de Constituição e eram na Comissão de Sistematização tratadas e votadas e com maior facilidade sem a menor orientação. O que acontece?

O Sr. Nelson Carneiro — Não foi votada coisa nenhuma. Até hoje não foi votado nada.

O SR. JOÃO MENEZES — V. Ex.^a confirma: não foi discutido e nem foi votado nada.

O Sr. Nelson Carneiro — Porque não era hora de votar. O momento começa amanhã.

O SR. JOÃO MENEZES — Foram três ou quatro meses à toa em que toda a população viu estarrecida o que tem ocorrido neste Congresso.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. JOÃO MENEZES — Fico honrado com o aparte de V. Ex.^a

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Quando V. Ex.^a falou em reuniões secretas, fiquei com vontade de apartá-lo para explicar alguns detalhes. Entendo que reuniões, sejam elas quais forem, fora do Congresso Nacional, com Constituintes, não há problema. Entendo que a reunião, sendo no Instituto Pinheiro com Constituintes, tudo bem, não há problema. Agora, o que estranhei — e nisso concordo com V. Ex.^a — foi o noticiário da imprensa quando dizia assim: "O Relator Bernardo Cabral fechou com Fulano o assunto tributário". Um exemplo, porque não posso repetir, porque não me lembro bem das manchetes dos jornais: Bernardo Cabral fechou com o Ministro Bresser Pereira a questão tributária. Isto aí está errado, porque o Ministro Bresser Pereira não é Constituinte. Ou, então, O Relator Bernardo Cabral fechou com o Ministro José Hugo Castello Branco o assunto tal. Isto aí estranho, porque o

Sr. José Hugo Castello Branco não é Constituinte, não é maior do que nós não pode ser maior do que nós. Agora, errado é fazer a reunião fora do Congresso Nacional, por uma acomodação, busca de tranquilidade, e não se comunicar isto a todos os Constituintes, porque eu acho que, se Bernardo Cabral vai para um edifício tal, andar tal, sala tal, ora, todos nós Constituintes devemos saber como encontrá-lo, porque não é justo que um Constituinte possa encontrar Bernardo Cabral e cem Constituintes não possam encontrá-lo. Isto realmente está errado.

O Senado pode participar da Constituinte não como Senão; os integrantes do Senado emocionalmente ligados à categoria que esta Casa vive, o estado de espírito que ela vive, os seus dignos representantes devem expressar na Constituinte essa atmosfera de prudência, de calma e elegância que há aqui. Agora, o Senado instituição, como a Câmara Federal, não existe na Assembléia Nacional Constituinte; existem Senadores e Deputados que ali se transmudam em Constituintes e que trabalham em conjunto para o fazimento da Carta. Era esta a minha observação.

O SR. JOÃO MENEZES — Muito grato pelo aparte de V. Ex.^a, que confirma as nossas observações. Mas o que é fato é que há uma desordem que ninguém pode negar. Vários representantes do PMDB têm colocado os adjetivos mais pesados em relação ao projeto que se discute. Está até nos jornais de hoje que o projeto é uma loucura. Diz um alto prócer do PMDB, que o projeto é uma obra de engenharia e loucura. É o próprio PMDB que diz. Ontem vimos aqui aquela luta campal dentro do PMDB em relação aos epítetos e o que se tem dito em relação ao projeto da Constituição.

A minha preocupação, como brasileiro, é que está faltando um comando para discussão desse assunto. E esse comando é indispensável, e o Senado, como instituição, não pode e não deve ficar alheio à matéria.

O Sr. Edison Lobão — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. JOÃO MENEZES — Me honra muito o aparte de V. Ex.^a

O Sr. Edison Lobão — De algum modo participo das preocupações de V. Ex.^a quanto ao fato de que o comando político não está suficientemente atento para o encaminhamento desse problema grave para a vida política do País. Estamos de fato não elaborando uma lei ordinária, mas a Constituição do Brasil. Penso que as lideranças deveriam ter uma participação maior nesse processo. Vejo Constituintes de 1967, entre os quais o Senador Nelson Carneiro e o Senador Luiz Viana Filho, que era Ministro do Gabinete Civil do Presidente Castello Branco quando se elaborou a Constituição de 67. Recordo-me de que o Relator, o Senador Konder Reis, fez um excelente trabalho, ajudado por alguns sub-relatores; o Senador Nelson Carneiro era Deputado, contribuiu para esse trabalho extraordinário, foi possível fazer uma Constituição muito boa, que é a Constituição de 67. O MDB, naquela época — não era PMDB, era MDB —, participou ativamente — era um partido de oposição. O Senador pela Bahia, Josafá Marinho, teve também uma participação interna no Capítulo dos Direitos e Garantias Individuais.

Mas àquela época, realmente, o número de emendas não era tão exagerado, e as lideranças tiveram uma presença no processo de encaminhamento para a Constituinte de 67. De fato, hoje estamos quase que metidos em uma Torre de Babel. Ora, milhares e milhares de emendas, é impossível ao Relator examinar tudo aquilo detidamente, e o resultado é que, de fato, o projeto do Relator — e não o culpa, eu não sei se eu, sendo Relator, faria um trabalho melhor do que S. Ex.^a fez — o seu trabalho é de extrema precariedade. Se S. Ex.^a agrada a um grupo de 30 Constituintes, no tocante ao sistema de governo, desagrada um grupo de parlamentaristas maior do que aquele que agradou. No Sistema Tributário é uma verdadeira desordem; na Ordem Econômica outra dificuldade, e assim por diante. Então, acho que V. Ex.^a tem toda razão quando chama a atenção das lideranças, no sentido de que elas coordenem melhor o pensamento de suas bancadas, pois de outro modo estou convencido — e aqui vejo um constitucionalista brilhante, o riosso Senador Leite Chaves — que nós vamos elaborar a pior de todas as Constituições do País, não por má fé de ninguém, mas exatamente pela falta de uma coordenação mais estreita do processo de elaboração desta Constituição. Muito obrigado a V. Ex.^a

O SR. JOÃO MENEZES — Eminentíssimo Senador, muito grato pelo aparte, dado com a inteligência clara que Deus lhe deu, que focaliza o assunto que estamos aqui tratando.

Na realidade, o que estamos vendo é que se criou uma idéia, quando se elegeu esta Constituinte de Deputados e Senadores; de que a Constituinte ia ser a maior, ia ser independente; tinha que ter liberdade total; ninguém podia mandar mais do que a Constituinte; tinha que acabar com a Câmara dos Deputados; tinha que acabar com o Senado. E o Senado só não acabou graças — e que se diga e que fique aqui registrado — a atitude quase que heróica do Presidente Humberto Lucena, que forçou uma reunião da instalação do Senado, se não me engano, no dia de Carnaval, num dia de domingo ou coisa que o valha, para que o prazo não passasse. Porque a idéia que se tinha é que ficaria só a Constituinte, porque a Constituinte é quem mandava em tudo. E Constituinte como? Sem ter um projeto sobre o qual se fosse trabalhar. E o que aconteceu? Cerca de seiscentos Constituintes, cada um apresentando mais de cem emendas sem sugestões, e daí essa bagunça geral que está dando até hoje.

Sobre esse fato quero chamar a atenção, por que acho que chegou o momento de tomarmos uma posição, porque o País está ficando parado e não pode parar. Se o País parar, a situação é difícil para todos nós. Vemos esse problema das greves que aí estão todos os dias. Agora só se consegue aumento, só se consegue vantagens mediante pressões e mediante compressões. Fez a pressão, o aumento é dado.

Isso vai criando uma dificuldade nas classes, vai criando uma dificuldade em toda a organização do Estado. Enquanto variadas classes vão tendo o seu aumento aqui e acolá — 20%, 30%, 40%, 50% — como aconteceu agora, há pouco tempo, com o Banco Central, órgão do Governo enquanto que as forças que servem de garantia à estabilidade nacional, as Forças Armadas, estão aí, não têm aumento compatíveis.

Então, daqui a pouco estaremos criando um desequilíbrio, que pode levar a quê? Não sei.

É por essa razão que ocupamos, esta Tribuna, em nosso nome pessoal, para deixar, expressa, a nossa preocupação de que necessário se torna que as Lideranças se reúnam com seus Partidos, com as suas Bancadas, para que não fique essa ressonância diária de que o Senador não foi ouvido, de que o Deputado não foi ouvido, de que a reunião foi feita escondida, de que se acertou com o Sr. Bresser Pereira, de que se acertou com o Sr. fulano, com o Sr. sicrano a solução de um dispositivo constitucional.

É esta a nossa posição que fica aqui marcada, na certeza de que é tempo de encontrarmos o caminho necessário e indispensável para o equilíbrio da Nação e, sobretudo, para que se possa, realmente, recommençar a trabalhar neste País.

Muito obrigado. (Muito bem!)

Durante o discurso do Sr. João Menezes, o Sr. Humberto Lucena, Presidente, deixa a cadeira da presidência que é ocupada pelo Sr. Dirceu Carneiro, Terceiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Ruy Bacelar.

O SR. RUY BACELAR (PMDB — BA. Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Pela importância que representa para uma grande região de meu Estado e também dezenas de municípios de Minas Gerais e Espírito Santo, as obras de ampliação do porto de Malhado, na cidade de Ilhéus, bem como a construção do "pier" para navios propano-petroleiros mais que nunca precisam do apoio das autoridades federais para a sua efetivação que há mais de 10 anos vem sendo prometida pelos diversos ministros dos Transportes e nunca realizada.

"Quinze anos depois de inaugurado, o porto de Malhado não registrou, ainda, qualquer obra de vulto, mesmo após a criação da codeba — Cia. das Docas do Estado da Bahia (empresa do sistema Portobrás), que assumiu Malhado em 1977", afirma o jornalista Alberto Oliveira, do Jornal *A Tarde*, de Salvador, o Sr. Libério Menezes Filho, agente de navegação e o mais antigo despachante de Ilhéus, chegando a dizer até que, no porto de Ilhéus, atacam apenas promessas, renovadas anualmente.

Representando anualmente para o País uma receita cambial da ordem de US\$ 1 bilhão, o porto de Malhado recebe de quatro a cinco navios, carregando gás de cozinha por mês e outros tantos com derivados líquidos de petróleo que, após seu desembarque, são transportados para aproximadamente 150 municípios do norte de Minas Gerais e Espírito Santo, além dos da Bahia. Sem o porto esse transporte seria via terrestre, elevando os custos, o que segundo a política de distribuição de combustíveis, acabaria repassado para todo o País.

Além disso, como bem diz o já citado jornalista Alberto Oliveira em sua reportagem sobre o assunto, "todo o cacau produzido, por exemplo, teria que ser exportado via Salvador ou Vitória, reduzindo substancialmente a receita do Estado, via aumento de fretes, sem falar no congestionamento provocado pelo repentino aumento da demanda nos portos".

O porto de Malhado, atualmente, consegue receber apenas três navios de cada vez e as embarcações que carregam gás propano ou derivados líquidos de petróleo tem uma das vagas garantidas, restando as outras duas para os de carga geral. Com a construção do "pier", os navios propano-petroleiros deixariam de impedir o carregamento de cacau, fato que já ocorre frequentemente, segundo usuários do porto, que denunciam insistentemente o risco de estrangulamento. Se Ilhéus ficasse de repente sem o porto, os danos causados à economia seriam incalculáveis.

Conforme declarações do diretor de engenharia da Codeba, a preços de abril deste ano, serão necessários recursos da ordem de Cz\$ 425 milhões para as duas obras (Cz\$ 300 milhões destinados a obras do prolongamento do molhe em 150 metros que se encontram paralizadas desde 1985 e Cz\$ 125 milhões para o "pier"). No início do ano a Portobrás achou por bem contratar a empresa paulista Engevix S.A. de planejamento e consultoria, para elaborar o projeto do Plano diretor do Porto de Malhado. A ampliação do molhe foi iniciada em 1984, já tendo sido investidos Cz\$ 150 milhões.

Apesar de tudo, o porto de Malhado continua registrando recordes. A movimentação de carga voltou a crescer em julho último, quando a Codeba contabilizou 62.687 toneladas, um crescimento de 29 % em relação ao mês de junho. O aumento foi mais acentuado nas exportações, com os embarques de cacau e subprodutos, que somente nos três primeiros meses do ano acumularam um acréscimo de 19 %. Mas a importação também cresceu, graças ao desembarque de mais de oito mil toneladas de fertilizantes.

Em maio do corrente ano, recebemos apelo do presidente do Conselho Especial de Usuários do Porto de Ilhéus, Sr. José Alves dos Santos, no sentido de intercedermos junto ao presidente da República, ministro dos transportes e presidente da Portobrás, para a continuação das obras do porto. Nesse mesmo mês dirigimos telex ao Dr. Carlos Theófilo de Souza e Melo, presidente da Portobrás, encarecendo a necessidade dessa grande obra.

Sr. Presidente, Senhores Senadores. Procurei, de forma sucinta, demonstrar a necessidade da concretização dessa obra de importância capital para a região sul da Bahia, que escoar, pelo porto de Ilhéus, toda sua produção econômica — notadamente o cacau que tantas divisas carrega para o País — bem como para mais de uma centena de municípios do norte de Minas Gerais e Espírito Santo que são abastecidos de derivados de petróleo e também de álcool, através do ancoradouro ilheense.

Como podem muito bem avaliar, além de ser um pleito justo e oportuno, a conclusão do porto de Malhado, em Ilhéus, pela sua importância, não pode ficar prejudicado pelo corte nos investimentos das empresas estatais para ajuste do déficit público.

Considero absolutamente necessário a conclusão do projeto e a realização, ainda este ano, desse empreendimento que representa uma luta de todo o povo baiano pela sua emancipação econômica.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PMDB — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Senhor Presidente, Srs. Senadores:

Os governantes brasileiros acostumaram-se, nas últimas décadas, a discutir as soluções para os problemas nacionais apenas sob o prisma dos projetos gigantescos, das soluções grandiosas, das obras faraônicas.

Talvez por ser o nosso País tão grande, conveneceram-se eles de que apenas os empreendimentos de grande monta seriam capazes de promover o crescimento econômico e viabilizar o desenvolvimento de nosso povo.

Certamente que obras grandes, são, muitas vezes, necessárias. Mas também é certo que uma grande obra nem sempre recebe esse qualificativo em função de seu tamanho ou do montante de recursos nela dispendido. A grandeza, a propriedade e a oportunidade dos empreendimentos governamentais devem ser avaliadas, sempre, pelo retorno social e econômico que irão produzir.

Essas considerações vêm-se à mente no momento em que recebo, do município baiano de Paulo Afonso, a notícia de que a comunidade local reivindica a instalação urgente do Projeto Jusante Itaparica, idealizado para resolver vários problemas ligados ao abastecimento de água em toda a região.

Não é, certamente, um projeto modesto. Consiste na construção de um canal de 176 quilômetros de extensão, com uma vazão inicial de 43 metros cúbicos.

O Projeto Jusante, alimentado pela água do rio São Francisco, utilizaria o sistema de gravidade, dispensando qualquer tipo de bombeamento, circunstância que reduziria, com certeza, os gastos de sua implantação, que beneficiaria os Municípios de Glória, Santa Brígida, Pedro Alexandre e Paulo Afonso, na Bahia, além de Canidé do São Francisco e Poço Redondo, no Estado de Sergipe, prevendo-se a irrigação inicial de 35 mil hectares.

Em sua fase seguinte, com o bombeamento de apenas 15 mil hectares, o projeto conseguiria atingir uma área de 220 mil hectares, o que nos dá uma idéia de sua viabilidade.

O projeto atenderia às necessidades dos produtores atingidos pela construção da barragem de Itaparica, que hoje continuam tentando resolver seus problemas junto à Companhia Hidrelétrica do São Francisco. Também seriam atendidos os agricultores atingidos pela construção da barragem de Moxotó, que há dez anos estão reivindicando melhoramentos para suas terras.

Além disso, o projeto traria outros benefícios, como a regularização do abastecimento de água dos Municípios de Santa Brígida e mais 130 comunidades, hoje dependendo de carros-pipa para satisfazer suas necessidades.

Outro efeito não desprezível, resultante da abertura do canal seria a criação de aproximadamente 70 mil novos empregos, o que diminuiria sensivelmente o êxodo rural e a pobreza generalizada da região.

Por todos esses motivos, a Cooperativa Mista Agropecuária do Sertão do São Francisco, a Associação dos Dirigentes das Empresas de Construção Civil, a Associação Comercial, o Lions Club, as lideranças comunitárias de toda a região de Paulo Afonso, a Federação dos Trabalhadores Rurais e líderes sindicalistas apóiam entusiasticamente

mente o projeto, que consideram uma saída para os problemas de Paulo Afonso.

Assim sendo, é com satisfação que recebo a informação do Sr. Ferdinando Faccenda, idealizador do projeto, de que a Companhia Hidrelétrica do São Francisco, CHESF, aceitou construir o primeiro trecho do canal jusante, com 13 quilômetros extensão e de tomada de água com vazão de 4 metros por segundo, para atender inicialmente às necessidades dos produtores rurais reassentados em função da construção da barragem de Itaparica.

Espero que, sensível aos problemas da região, a CHESF tenha recursos e disposição política suficientes para desenvolver o projeto em sua plenitude.

A boa administração pública não se traduz somente, como já disse, em projetos gigantescos. É com obras de pequeno e médio porte, como esta reivindicada pela comunidade de Paulo Afonso, que o Brasil poderá caminhar em direção à solução paulatina dos problemas econômicos e sociais que o atingem, de cuja gravidade todos temos a exata noção.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PFL — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Sergipe perdeu, com o falecimento de José Quintiliano da Fonseca Sobral, aos 90 anos de idade, ocorrido no dia 19 de agosto de 1987, um dos seus melhores filhos, cuja modelar e bem sucedida existência evidenciou as qualidades que o tornaram respeitado, estimado e admirado.

Filho do Desembargador Semeão Teles de Mendes Sobral e Dona Leonor da Fonseca Sobral, era casado com Dona Edith Margarida da Fonseca Sobral, já falecida.

Foram seus filhos: Eduardo Quintiliano da Fonseca Sobral (falecido), Maria da Fonseca Sobral, Teresa Sobral Rollemberg (esposa do Ministro Armando Rollemberg), Marisa Sobral Melo (esposa do Dr. Dalmo Melo), Isaura Lúcia da Fonseca Sobral (professora da Universidade Federal de Sergipe) e Fernanda da Fonseca Sobral (socióloga da Universidade Federal de Brasília).

Deixou 19 netos e 14 bisnetos.

Em companhia dos primos Eduardo Fonseca e Manoel de Barros, José Quintiliano da Fonseca Sobral estudou em Hamburgo, na Alemanha e, ao regressar, integrou-se, com dedicação e êxito integral, na direção dos seus negócios.

Durante mais de 60 anos dirigiu a firma A. Fonseca Ferragens S/A, aposentando-se ao completar 80 anos, sendo Presidente da Empresa por 15 anos.

No decorrer dessa bem-sucedida trajetória, foi um dos fundadores do Rotary Club de Aracaju, Presidente da Associação Comercial de Sergipe, Presidente da SAME, Presidente da Federação do Comércio de Sergipe. Recebeu, ainda, o título de Cidadão Aracajuano, a Comenda Paul Garrís — pelo Rotary Club Internacional e a Medalha do Mérito Industrial.

Comerciante bem-sucedido e altamente conceituado, José Quintiliano da Fonseca Sobral foi,

acima de tudo, um exemplar pai de família, que conquistou a estima e o respeito do povo sergipano pelas suas qualidades de caráter e, notadamente, pela vocação de bem servir à sua terra, e de fazer o bem a todos quantos o procuravam.

Nunca me esqueço das inequívocas provas de amizade com que sempre me distinguiu, reveladoras do seu caráter, seriedade e honestidade exemplar.

Orgulho-me da sua amizade e da solidariedade que dele recebi em difícil circunstância da minha carreira política, quando ao deixar o Governo do Estado, em 1970, candidatei-me ao Senado.

Este registro faço-o no cumprimento de um dever, para que fique consignado nos Anais do Senado um homem a quem Sergipe muito deve.

Associo-me à tristeza de sua família enlutada, enviando-lhe as expressões do meu mais profundo pesar.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — A Presidência lembra aos Srs. Senadores que amanhã, dia 24, às 10 horas, será realizada sessão especial do Senado, destinada a homenagear o ex-Senador Francisco Menezes Pimentel, pelo transcurso de seu centenário de nascimento, de acordo com deliberação anterior do plenário, ao aprovar requerimento de autoria do Senador Mauro Benevides e outros Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 30 minutos.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. ÁUREO MELLO NA SESSÃO DE 21-9-87 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE

O SR. ÁUREO MELLO (PMDB — AM. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Tenho em mãos um veemente protesto que foi feito na Capital do Amazonas, pela Presidência da Associação Comercial do meu Estado, a respeito de manifestação formulada pelo Sr. Ministro da Fazenda, em que S. Ex.^a se posiciona sobre a instalação das chamadas "zonas de processamento para exportação". O presidente da Associação Comercial, falando, certamente, em nome de toda a coletividade comerciante e produtora, radicada naquela área, lança o seu veemente protesto sobre o que disse o Ministro e destaca que o Ministério da Fazenda foi convertido num feudo de São Paulo, acionado e mobilizado no sentido de prejudicar a industrialização do Norte, mantendo os privilégios que de há muito anos vêm sendo patrimônio e peculiaridade das chamadas áreas sulistas industrializadas.

Essa veemência, essa indignação foi manifestada através de telegrama diretamente endereçado ao Sr. Ministro Bresser Pereira, em que aquele representante classista protesta, destacando que o pólo industrial amazônense, criado pela Zona Franca, é, hoje, uma realidade que, além de proporcionar milhares de empregos, dá oportunidade a que o Brasil tenha uma característica de uniformidade, de homogeneidade no seu progresso de Pátria que tem, de um lado, justamente o do Norte, um ar de colônia, enquanto que, do lado Sul, se revela adiantada e progressista. Parece que o Norte, ao longo dos anos, tem sido

tratado como se fosse, realmente, uma simples colônia, com a vantagem de que não tem os mares para serem atravessados, como o faziam a velha Inglaterra e os antigos Portual, Espanha, a Holanda e outros países colonizadores.

Urge, sem dúvida, segundo o pensamento generalizado na Capital e em todo o meu Estado, como, aliás, em toda a Amazônia, que aquela grande parcela do Brasil seja fortalecida e desenvolvida, porque o povo brasileiro somente lucro poderá obter dessa circunstância e desse desenvolvimento.

O Sr. Leopoldo Peres — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. ÁUREO MELLO — Com muita honra, Senador Leopoldo Peres.

O Sr. Leopoldo Peres — Senador Áureo Mello, V. Ex.^a neste momento dá voz à indignação e à revolta do povo da nossa terra contra declarações que são atribuídas ao Sr. Ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira. É lamentável que dentro do Brasil haja um Estado que, praticamente, tenha que se sublevar para protestar contra atitudes intempestivas, levianas e desarrasoadas de um Ministro de Estado. Quero crer que essas declarações não foram proferidas pelo Ministro da Fazenda, porque, se o fosse, S. Ex.^a estaria abdicando do direito de ser Ministro da Fazenda do Brasil, para se tornar, apenas, porta-voz de interesses localistas, contrariando toda uma região que, hoje, reúne o melhor pólo de indústria eletroeletrônica da América Latina, com alta tecnologia, com um índice de nacionalização que suplanta os 90%, e cujos insumos são comprados, exatamente, na sua maior parte, no Sul do País. Acredito que se o Ministro Bresser Pereira ou qualquer outro Ministro de Estado tiver ocasião de visitar a Zona Franca de Manaus e conhecer o seu centro industrial, o nosso distrito industrial, verá a capacidade de trabalho do homem e do operário amazônense, quando verificar que certas empresas de tecnologia japonesa trouxeram, para Manaus, monitores, com o propósito de ensinar a mão-de-obra local durante 3 anos, e que, num curto espaço de 6 meses, foram eles recambiados para o Japão, tal a capacidade manual, tal a capacidade de aprendizagem do operário e da operária amazônenses. Hoje, temos um distrito industrial puramente brasileiro, prestando relevantes serviços a este País, e poupando a importação de cerca de uma bilhão e oitocentos milhões de dólares por ano.

O SR. ÁUREO MELLO — V. Ex.^a tem razão. Pessoalmente, não quero acreditar que o Ministro Bresser Pereira esteja movido apenas por aquela intenção casuística, revelada por parte e de parte de alguns industriais de São Paulo, que se arreiam, de uma maneira trêmula, às vezes quase gritante, de que a Região Amazônica venha a lhes usurpar a hegemonia industrial, neste País.

O Sr. Leopoldo Peres — Permite mais uma vez, Sr. Senador, um aparte, apenas para acrescentar um dado?

O SR. ÁUREO MELLO — Pois não.

O Sr. Leopoldo Peres — Esses mesmos industriais de São Paulo, que se lançam, às vezes, contra os pólos industriais do Norte e do Nordeste, são os que estavam habituados a ter uma cerca

de jurubeba em torno das fronteiras deste País, para produzir mercadorias de segunda e terceira categorias e vendê-las acima do mercado internacional. Essa gente não tem, sequer, autoridade moral para contestar o crescimento industrial do Nordeste e do Norte do Brasil.

O SR. ÁUREO MELLO — É exatamente isso que o Presidente da Associação Comercial, Sr. Jorge Loureiro, enfatiza nas suas asseverações. Diz ele, inclusive, que o Ministério da Fazenda, há mais de 10 anos, não tem transitado pela Zona Franca ou por Manaus, a não ser por seus funcionários de terceiro escalão. E destaca ser precisamente nessa falta de presença, de assistência, de conhecimento *in loco*, de parte daquela autoridade, que reside essa "falta de sensibilidade" relativa a um assunto tão importante quanto seja o da instalação da Zona de Processamento para Exportação.

O Sr. Leopoldo Peres — (Fora do microfone) — O Presidente da Associação Comercial tem toda razão. Há muito mais um componente de ignorância do que de má fé, nessa atitude.

O SR. ÁUREO MELLO — Teria o Sr. Bresser Pereira, em declarações prestadas a um canal de TV, em São Paulo, no sábado passado, dito que "a Zona de Processamento de Exportação seria instrumento de importação e montagem de equipamentos obsoletos nos moldes da Zona Franca de Manaus", o que seria, evidentemente, uma afirmação tendenciosa.

Sou daqueles que confiam na capacidade, na proficiência, na cultura e na boa intenção do Sr. Bresser Pereira em relação a este País. Acredito sinceramente no seu patriotismo; sei, inclusive através da palavra dos seus alunos, o quanto S. Ex.^a é capaz, eficiente, talentoso e consciente. Por esta razão, não posso e nem poderia jamais situá-lo ou apreciá-lo dentro da triste e melancólica moldura de um político ou administrador a serviço de uma causa ingrata, de uma causa divisionista, de uma causa antibrasileira, partida de produtores interessados egoisticamente na sua prosperidade, lutando pelos seus interesses comerciais, mas, ao mesmo tempo, se colocando contra essa corrente que inexorável e fatalmente dará oportunidade a que o Brasil seja a grande potência que já se define e se apresenta para ser no futuro.

O Sr. Francisco Rollemberg — V. Ex.^a me permite um aparte?

O SR. ÁUREO MELLO — Pois não, com muita honra, nobre representante do Estado de Sergipe.

O Sr. Francisco Rollemberg — Conversava, agora, com o Senador Leopoldo Peres e lembrava-lhe que tive a oportunidade de visitar Manaus e conhecer as suas indústrias. Fiquei emocionado mesmo quando visitei a Drohauser, porque não encontrei naquela fábrica de cristais, naquela indústria de lapidação, nenhum estrangeiro; encontrei o caboclo amazonense, homem com face de índio, a mocinha com face indígena, miúda, pequena, mas com habilidade incrível, preparando cristais para exportação da mais alta qualidade, iguais aos trabalhos que encontramos na Alemanha, na Áustria. Nobre Senador Áureo Mello, nós que conhecemos a potencialidade do nordestino, do caboclo amazonense, do homem do Norte,

do Nordeste, do Centro-Oeste, não podemos mais nos alienar do nosso desenvolvimento, e em boa hora nos unimos, nordestinos, nortistas, homens do Centro-Oeste, para defender os nossos interesses, porque o que existe, mais das vezes, não é má fé e sim desconhecimento das reais possibilidades dessas três regiões do Brasil, que são as filhas espúrias de nossa Nação. A Nação, de certa forma, que se concentra no Sul é madrastra para com nós todos. Hoje à tarde estive com o Ministro da Agricultura; fomos lá conversar sobre a situação da avicultura do Nordeste. Sabe V. Ex.^a as dificuldades que encontramos! Para dar-lhe um exemplo de como se deseja, de certa forma, impedir a industrialização do Norte e do Nordeste, atrasando o desenvolvimento daquelas regiões, vou narrar este fato: Como não temos produção de milho suficiente para manter o funcionamento da nossa avicultura, somos obrigados a recorrer aos leilões que o Ministério promove; e ocorre o seguinte: enquanto o goiano, o gaúcho, o catarinense, o paranaense compra na sua fonte o milho por um preço justo, nós, a esse preço, acrescentamos 25 cruzados por saca, o JCM por saca — 12 cruzados. Quer dizer, é um acréscimo tremendo que vai inviabilizar no Nordeste, e no meu Estado, de uma maneira toda especial, a agricultura e a avicultura do frango de corte. Essas coisas estamos encontrando ao longo do nosso mandato. Estamos no Congresso há 17 anos e nada mudou, mas agora que o Nordeste, o Norte e o Centro-Oeste decidem unir-se, acredito que as nossas vozes vão fazer-se ouvidas. E ao Norte este nordestino se junta para defender os interesses dessa Região. Muito obrigado a V. Ex.^a

O SR. ÁUREO MELLO — Muito obrigado, Senador Francisco Rollemberg. As palavras de V. Ex.^a refletem bem o conhecimento de causa que tem, porque sei, inclusive, que é um admirador e freqüentador do Amazonas, que conhece, *in loco* e cuja indústria percorreu, como no caso da Drohauser Comércio e Indústria Ltda., uma das mais eficientes que possuímos lá.

V. Ex.^a tem razão, é comovente observarmos os nossos caboclinhos amazonenses, em pleno trabalho. E uma vez o fiz em companhia do Senador-suplente Flaviano Ribeiro, que foi um grande Deputado da Paraíba, e vi Flaviano verdadeiramente comovido, com os olhos marejados, de ver aquelas criaturinhas que nunca saíram de Manaus, algumas vindas do interior, do âmago da selva, com a sua formação miscigenética do nordestino e do índio, trazendo nos traços, ainda, as características daquelas tribos que eram os habitantes da grande região amazonense, ali produzindo, com uma habilidade fantástica, os produtos mais delicados, desde a jóia superfina até as membranas cristalinas usadas para os produtos industriais da maior responsabilidade.

Não é justo que se pense em termos usurários, com respeito à expansão da economia brasileira, da economia nacional.

Todo o progresso, quer do Nordeste, quer do Norte, ou de qualquer recanto atrasado do Brasil, evidentemente é um investimento, porque no momento em que este País estiver habilitado, pela sua produção, a apresentar um padrão de qualidade, é claro que a procura se acrescentará e haverá, em consequência, um aumento do lucro

e de vantagens para todos os produtores e investidores deste País.

O Sr. Nelson Wedekin — Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. ÁUREO MELLO — Com muita honra, nobre Senador Nelson Wedekin.

O Sr. Nelson Wedekin — Nobre Senador Áureo Mello, é a primeira vez que aparteio V. Ex.^a e o faço com muito prazer. Não vou fazer uma defesa do Ministro Bresser Pereira, mas, pelo que pude ler e acompanhar dessa discussão sobre as Zonas de Processamentos de Exportações, em verdade o Ministro Bresser Pereira não é exatamente contra essas Zonas de Processamentos de Exportações muito menos contra a Zona Franca de Manaus, porque esta já é uma realidade da economia do Norte do nosso País, de modo especial do Estado do Amazonas e da própria Amazônia. As contribuições que a Zona Franca de Manaus trouxe para a economia do povo amazonense são uma realidade que não pode ser destruída por qualquer espécie de declaração, e menos ainda do Ministro Bresser Pereira, que, na verdade apenas adverte para a qualidade que devem ter as chamadas Zonas de Processamentos de Exportações. Ainda quando o Ministro Bresser Pereira questiona a criação de novas Zonas de Processamentos de Exportações, naturalmente S. Ex.^a está voltado para aquilo que considera o melhor interesse nacional. Nem sempre a criação de Zonas de Processamentos de Exportações corresponde ao verdadeiro interesse nacional, e, dependendo da forma como vão ser feitas e instituídas, podem acabar até mesmo prejudicando os interesses, não apenas os interesses nacionais mas os interesses desses lugares, desses estados onde seriam criadas. De qualquer modo, também tenho a maior convicção de que o Ministro Bresser Pereira jamais seria contra a industrialização do Norte ou do Nordeste. Pela sua formação pelo seu passado, pela concepção que S. Ex.^a faz da economia e da vida nacional, não posso aceitar a idéia de que S. Ex.^a, sequer à distância, sempre longinquamente, tenha-se manifestado contra a industrialização do Norte ou do Nordeste. E, mais ainda, para encerrar este meu breve aparte, enquanto neste Plenário, nesse Senado, houver vozes como a de V. Ex.^a, como a do Senador Leopoldo Peres, enquanto for Relator da Comissão de Sistematização o Deputado Bernardo Cabral, está mais do que assegurada a existência, a permanência e o desenvolvimento livre da Zona Franca de Manaus. Tanto isto é verdade que, no art. 48, deste segundo substitutivo, "Das Disposições Transitórias", o Deputado Bernardo Cabral assegurou:

"É mantida a Zona Franca de Manaus, com as suas características de área de livre comércio de exportação e importação e de incentivos fiscais, sendo desnecessário qualquer ato administrativo ou legislativo para prorrogações.

§ 1º Ficam assegurados, em todos os seus termos, os incentivos fiscais concedidos à Zona Franca de Manaus."

Por estas razões todas, a sua advertência, a sua voz, sempre muito firme, muito corajosa na defesa dos interesses da Amazônia, mais uma vez se faz ouvir, esta voz, esta coragem e esta

lucidez, mas suponho que não existem razões para todos os temores levantados por V. Exª e pelos senadores que o apartearam.

O SR. ÁUREO MELLO — Muito obrigado.

Nem de minha parte, nobre Senador, haveria essa intenção de acreditar que o Ministro Bresser Pereira, em cujo talento e em cujo patriotismo fiz a minha profissão de fé, há alguns parágrafos atrás, tivesse porventura a veleidade de tentar obstaculizar a Zona Franca de Manaus ou o progresso da indústria amazonense.

Apenas, o que tem sido enfatizado e o que está sendo pedido pelo Presidente da Associação Comercial do Amazonas, em nome de toda a coletividade comerciante e também, por que não dizer, industrial daquela área, é que S. Exª reexamine as suas declarações, porque realmente, pelo que S. Exª assegurou — segundo o telegrama que foi expedido pelo Presidente da Associação Comercial — exigir da Zona Franca de Manaus exportações, em decorrência da cota de US\$ 600.000,00 que lhe é atribuída, é, sem dúvida alguma, desconhecer que o instrumento Zona Franca foi localizado no centro do Amazonas, portanto, distante das linhas internacionais de navegação. Além do mais, seriam necessárias medidas puramente administrativas e alguns pequenos incentivos já exaustivamente solicitados pela Associação Comercial, para que aquelas exportações aumentassem consideravelmente.

E diz ainda: "Uma expressiva soma de produtos **made in Zona Franca** são exportados pelo Centro-Sul, para onde convergem todas as rotas internacionais. É só solicitar de seus técnicos um levantamento das exportações contabilizadas para o Centro-Sul de motocicletas, televisões, relógios, fotocopiadoras, disquetes, fitas e estanho, pois

esses produtos somente são produzidos na Zona Franca de Manaus.

Do mesmo modo, uma boa parte de nossa exportação agrícola de grãos é também exportada em sacos de juta, tecidos por nossas indústrias de fiações."

E conclui ainda o telegrama que foi endereçado a S. Exª de peito aberto, de coração ao alto, na certeza de que a acolhida ao mesmo será feita com aquele patriotismo e aquele descortínio que reconhecemos no Ministro Bresser Pereira.

"O Ministério da Fazenda, que V. Exª no momento dirige, está afastado de Manaus há mais de 10 anos e, por ali, só têm transitado os seus funcionários de terceiro escalão" — disse o Sr. Jorge Loureiro.

O que é necessário, Srs. Senadores, eminente Presidente, o que existe realmente, parece-me, é a necessidade de um exame pessoal, da problemática da chamada Área Industrial Amazônica, para que esses obstáculos não venham traumatizar, como de fato estão traumatizando, causando um impacto realmente estupeficante nas áreas produtoras da Amazônia. Amazônia, ou melhor, o Amazonas, em especial, é assim como um organismo frágil, delicado, nervoso, extremamente sensível, capaz realmente de entrar em depressão a uma simples afirmativa, ante uma palavra mais dura, mais rígida, mais pesada. Realmente, é preciso tratar a Amazônia com grande delicadeza, porque ela tem sofrido muito; ela tem sido muito maltratada, tem sido muito abandonada. Na minha juventude, em pleno tempo de guerra, houve instantes em que nós sentíamos, lá em Manaus, com se fossemos uma ilha solta em meio do oceano, flutuando ao sabor das ondas e ao embate de um destino incerto, em que a nossa produção, absolutamente nula, nos deixava na triste

contingência de sermos carentes de tudo, necessitados das coisas mais elementares e mais simples, imprescindíveis para uma região civilizada.

E essa situação perdurou por anos a fio: faltava luz, faltava água, a população vivia numa situação de primitivismo, de dor, de angústia, de aflição; nós éramos os abandonados da sorte, os esquecidos, dependendo exclusivamente do resto do Brasil. Apesar disso, continuávamos na luta pela nossa produção, da nossa goma elástica, que é o mono-extrativismo daquela área. Porém, jamais deixamos que as nossas fronteiras fossem isoladas por qualquer povo de pátria estranha e jamais permitimos, outrossim, que o sentimento de brasilidade da grande terra amazônica percesse ou enfraquecesse um só instante. Porque é, naquelas áreas de fronteira, que existe mais apego, orgulho, admiração e solidariedade para com o grande organismo brasileiro do qual o Amazonas faz parte.

Sei que o Professor Bresser Pereira, ao receber esse documento, que é um grito de uma região sensível e sofrida, há de pensar maduramente e, se possível, peço a S. Exª que nos visite, com a maior brevidade possível, para que possa conhecer e sentir, como sente o Senador Rollemberg, como sentem todos aqueles que pisam a **recherche** da chamada terra de Ajuricaba, como todos aqueles que vão apreciar a grande marcha da nau imensa, dos caudais indescritíveis daquela área. O quanto aquilo significa para o Brasil, para o povo, para o progresso desta Nação, para o progresso de todos os Estados brasileiros, para o progresso de São Paulo, para a libertação deste País, que terá, na Amazônia, a sua fonte principal, sem dúvida, de riqueza para atingir o estágio que todos nós sonhamos que venha a ser alcançado.